DIÁRIO DE NOTÍCIAS DE SÃO PAULO

EDIÇÃO NACIONAL

ISSN 2675-6676

R$ 6,00

www.diariodenoticias.com.br | ANO XXXVIII • Nº 8218 • SÃO PAULO, QUARTA-FEIRA, 18 DE SETEMBRO DE 2024 | DIRETOR RESPONSÁVEL: MÁRCIO ANTÔNIO LOPES DA COSTA

Fumaça do incêndio no Parque de Brasília se espalha pela cidade

Geral *Pág.06*

A fumaça gerada pelo incêndio no Parque Nacional de Brasília está se dispersando pela capital do país. A manhã de ontem (17) começou com uma grande área do Plano Piloto, especialmente a Asa Norte, envolta em uma densa cortina de fumaça, acompanhada de um odor intenso e resquícios de fuligem. Sinais indicam que o incêndio, iniciado no domingo (15) por volta das 11h30, pode ter sido provocado deliberadamente, motivo pelo qual a Polícia Federal decidiu instaurar um inquérito.

(Foto: Pedro Ladeira/Folhapress)

Fogo no Parque Nacional de Brasília começou no domingo (15) e quadruplicou rapidamente de tamanho na segunda (16).

Esportes *Pág.08*

Chega de moleza: treinador cobra mais empenho de Anthony no Manchester United

Contexto Jurídico *Pág.10*

Barroso faz apelo ao Judiciário: “Chega de impunidade nas queimadas criminosas!

Política *Pág.03*

Lula sanciona Lei que reduz desoneração de 17 setores da economia

Com vetos, o presidente Lula sancionou, ontem, 17, o PL que estabelece que a desoneração de 17 setores da economia e de municípios com até 156 mil habitantes valerá por este ano, mas será reduzida gradualmente a partir do ano que vem, aumentando 5% a cada ano, até chegar a 20% em 2028.

Economia *Pág.04*

Exportação pode liderar novo ciclo de desenvolvimento, diz Haddad

As exportações podem ser o carro-chefe de um novo ciclo econômico de crescimento do país, declarou ontem, 17, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, durante reunião no Palácio do Planalto para anúncios de novos projetos da ApexBrasil. Ele observou que a reforma tributária vai eliminar a exportação de tributos, um dos gargalos do setor.

PREVENÇÃO AO SUICÍDIO

NO BRASIL

- **A cada 45 minutos** 1 brasileiro comete suicídio
- **São 32 vidas perdidas por dia**
- Brasil é campeão mundial **em transtorno de ansiedade**
- **É o 5º país** em número de pessoas com depressão

PRINCIPAIS CAUSAS

- Depressão
- Transtorno bipolar
- Esquizofrenia
- Alcoolismo
- Abuso de drogas

PRINCIPAIS SENTIMENTOS

- Tristeza profunda
- Desamparo
- Desespero
- Desesperança em relação ao futuro e a própria vida

FONTE OMS, CVV, USP — INFOGRAFFO

Internacional *Pág.05*

Explosão de pagers de integrantes do Hezbollah deixa 9 mortos e mais de 2 mil feridos

Economia *Pág.04*

Crescimento da atividade econômica no Nordeste supera média nacional

Política *Pág.03*

AGU entra com primeira ação por danos climáticos contra a Amazônia

Esportes *Pág.08*

Jogadores do City planejam paralisação em protesto pela saúde dos atletas

Leis e Projetos *Pág.02*

PL beneficia consumidores: álcool combustível fica mais barato

Internacional *Pág.05*

Trump tem leve favoritismo apesar de vantagem de Kamala nas pesquisas, diz diretor da Eurasia

Esportes *Pág.08*

F-1 em 2025: Chefe da Sauber avalia apostar em jovem talento

Mercados *Pág.13*

Junho marca recorde de faturamento no setor de viagens corporativas, com R$ 11,1 bilhões

Turismo *Pág.11*

Prado: o refúgio ideal para quem busca paz e contato com a natureza nas férias de janeiro

Geral *Pág.06*

Três deputados do PL são denunciados por desvio de emendas parlamentares

PGR imputa ao trio corrupção no repasse de emendas para a prefeitura de São José de Ribamar (MA)

Três deputados do PL - Josimar Maranhãozinho (MA), Bosco Costa (SE) e Pastor Gil (MA) – foram denunciados ontem, 17, pela PGR, por suposto desvio de emendas parlamentares. A acusação imputa ao trio corrupção no repasse de emendas para a prefeitura de São José de Ribamar, no Maranhão, com desvio de mais de R$ 1,6 milhão. As investigações apontam indícios da divisão de recursos e emendas direcionadas ao município, com a estipulação de uma quantia de 25% para cada um dos deputados. A apuração que levou à denúncia dos parlamentares é um desdobramento de uma operação iniciada no Maranhão em dezembro de 2020. Na ocasião, um prefeito local denunciou à PF que um agiota chamado Pacovan cobrava propina e dizia que atuava para parlamentares. A PF apreendeu, entre os papéis desse investigado, uma lista com nomes dos parlamentares agora denunciados.

Política *Pág.03*

Marina aponta motivação política nos incêndios criminosos pelo país

Criminosos se aproveitam da seca para atear fogo às matas, assinalou a ministra

(Foto: Valter Campanato/Agência Brasil)

“Há uma aliança criminosa entre ideologias políticas que querem negar a questão da mudança do clima”, observou.

Em sua participação no programa Bom Dia Ministra, do Canal Gov, ontem, 17, a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, defendeu penas mais severas para autores de incêndios criminosos como os que vêm assolando o país. Para ela, a pena atual, de dois a quatro anos de prisão, é leve e ainda, às vezes, transformada em algum tipo de pena alternativa.

Acesse o nosso site: diariodenoticias.com.br

INTERNACIONAL

Como clubes brasileiros se reinventam nas redes sociais sem o X de Elon Musk

https://shre.ink/gVLZ

Internacional *Pág.05*

Suspeito de atentado a Trump ficou perto de campo de golfe por 12 horas, dizem registros

LEIS & PROJETOS

EDIÇÃO NACIONAL

Projeto prevê multa de até R$ 2 mil para quem deixa animal sozinho dentro de veículo

O Projeto de Lei 2366/2024 estabelece uma multa de até R$ 2 mil para tutores ou responsáveis que deixarem animais de estimação sozinhos em veículos estacionados. A proposta está em análise na Câmara dos Deputados.

Na primeira infração, a multa será de R$ 1 mil, dobrando em caso de reincidência. Além da multa, o responsável poderá ser obrigado a participar de programas educativos sobre bem-estar animal. Os valores arrecadados com as multas serão destinados a programas de proteção e bem-estar dos animais.

"Animais deixados sozinhos em veículos, especialmente em dias quentes, podem sofrer sérios danos à saúde, como hipertermia, desidratação e até morte", afirma o deputado Marcos Tavares (PDT-RJ), autor do projeto. "Além dos riscos físicos, essa situação causa grande sofrimento psicológico aos animais, que podem ficar ansiosos, estressados e traumatizados."

Próximos passos

A proposta será analisada, em caráter conclusivo, pelas comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para se tornar lei, o texto precisa ser aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado.

Projeto fixa número máximo de alunos por turma para escolas e creches

O Projeto de Lei 3799/23 propõe um limite máximo de 25 alunos por turma na pré-escola, ensino fundamental e ensino médio, e de 10 crianças por turma nas creches. De acordo com o texto em análise na Câmara dos Deputados, os sistemas de ensino terão um prazo de três anos para se adaptar a essa medida, caso ela seja aprovada.

"O excesso de alunos por turma impede o atendimento adequado aos estudantes e a aplicação eficaz de metodologias modernas e dinâmicas diversificadas de ensino. Além disso, dificulta o manejo de classe pelo professor, causando desgaste profissional indesejado", afirma o deputado Hercílio Coelho Diniz (MDB-MG), autor do projeto.

Ele destaca que os números médios de alunos por turma no Brasil não estão muito distantes dos propostos, exceto nas creches, onde o número é significativamente maior.

O parlamentar cita dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2022, que mostram os seguintes números médios de alunos por turma nas redes públicas estaduais e municipais: creche: 16 crianças; pré-escola: 18 alunos; anos iniciais do ensino fundamental: 23 alunos; anos finais do ensino fundamental: 27 alunos nas redes estaduais e 21 nas redes municipais; e ensino médio: 30 alunos.

(Foto: Acervo Câmara dos Deputados)

O deputado Hercílio Coelho Diniz é o autor da proposta.

O projeto altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que atualmente prevê que cabe ao sistema de ensino, considerando as condições disponíveis e as características regionais e locais, estabelecer parâmetros para uma relação adequada entre o número de alunos e o professor.

Tramitação - A proposta será analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Educação; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para se tornar lei, a proposta precisa ser aprovada por deputados e senadores.

Projeto busca facilitar cancelamento de serviços de internet e telefonia

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) deve elaborar um parecer sobre o projeto de lei que visa facilitar o cancelamento de serviços como telefonia, internet e TV a cabo para os consumidores. O PL 804/2024, de autoria do senador Ciro Nogueira (PP-PI), aguarda a designação de um relator na comissão.

O projeto adiciona ao Código de Defesa do Consumidor (CDC) o direito de cancelar a prestação de serviço em até 15 dias após a formalização do pedido, com cancelamento imediato da mensalidade. Os prestadores de serviço deverão disponibilizar canais específicos para essa finalidade.

A proposta também classifica como prática abusiva a recusa ou o não cancelamento do serviço e do contrato no prazo de 15 dias a partir do pedido do consumidor.

Ciro Nogueira incluiu no projeto uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que assegura ao consumidor que a multa rescisória de fidelização deve ser proporcional ao período de carência. Segundo o senador, algumas operadoras impõem cláusulas de fidelidade com multas abusivas para quem não as cumpre.

"Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que, nos contratos de telecomunicação com cláusula de permanência mínima, a obrigação do consumidor de pagar integralmente a multa rescisória de fidelização deve ser considerada exorbitante, devendo ser calculada proporcionalmente ao período de carência", explica o autor.

O projeto recebeu uma emenda do senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR) que obriga o canal específico para cancelamento a ter qualidade e tempo de espera semelhantes ao canal disponibilizado para novas contratações.

Proposta estabelece critérios sobre inseminação artificial em animais

(Foto: Renato Araújo/Câmara dos Deputados)

Deputado Pinheirinho, o autor da proposta.

O Projeto de Lei 1835/24 propõe que a regulamentação sobre a fiscalização do sêmen destinado à inseminação artificial em animais domésticos (Lei 6.446/77) leve em consideração as particularidades das diversas espécies de interesse zootécnico e as diferentes modalidades de material genético utilizado. A proposta está em tramitação na Câmara dos Deputados.

O deputado Pinheirinho (PP-MG), autor do projeto, argumenta que a legislação atual, de 1977, não acompanhou os avanços nas tecnologias de reprodução assistida de animais domésticos e necessita de ajustes, especialmente no que se refere à diferenciação do material genético.

"Essa diferenciação é crucial, pois o material genético pode ser armazenado e utilizado de maneiras distintas, como sêmen e embriões congelados, destinados ao armazenamento de longo prazo, ou sêmen refrigerado e embriões frescos, utilizados de forma mais imediata", explica o parlamentar.

Regulamento - A Lei 6.446/77 foi regulamentada pelo Decreto 187/91, que definiu a atuação do Ministério da Agricultura na inscrição de reprodutores e no registro dos estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, além da fiscalização em aeroportos, portos e postos de fronteira. O decreto também regulamenta a importação, exportação e a apuração de irregularidades e infrações.

Próximos passos - O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para se tornar lei, a proposta precisa ser aprovada pela Câmara e pelo Senado.

Proposta garante livre locação de imóveis para temporada via aplicativo

O Projeto de Lei 2795/24 assegura a livre locação de imóveis residenciais para temporada em condomínios por meio de aplicativos, exceto quando expressamente proibido pelo condomínio. A proposta, apresentada pelo deputado Jonas Donizette (PSB-SP), está em análise na Câmara dos Deputados.

A medida será adicionada à Lei do Inquilinato. Donizette destaca que, embora a legislação já permita a locação de imóveis residenciais para temporada, o aumento dos aluguéis via aplicativos tem gerado polêmicas globalmente.

"Muitas dúvidas surgem sobre a intermediação por provedores e a necessidade de autorização dos condomínios", afirma. "Não faz sentido proibir a locação por temporada apenas quando intermediada por aplicativos, já que danos também podem ocorrer em locações sem intermediação ou com corretores locais", avalia.

Jonas Donizette também ressalta que a economia digital movimenta bilhões de dólares e sustenta diversas famílias, ganhando importância crescente no Produto Interno Bruto (PIB) nacional. "A atividade precisa de regulamentação, não de proibição. Os provedores de aplicativos trazem mais segurança e comodidade aos envolvidos na locação."

Regras - Segundo o texto, o aluguel pode ser da unidade inteira ou de parte dela. O projeto responsabiliza o locador por danos causados por pessoas que, devido à locação, tenham acesso ao imóvel ou às áreas comuns do condomínio. Além disso, o proprietário não precisa se cadastrar no Ministério do Turismo como prestador de serviço turístico, categoria que inclui a oferta de meios de hospedagem.

Próximos passos - A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para se tornar lei, a medida precisa ser aprovada pela Câmara e pelo Senado.

PL cria política de incentivo ao uso de etanol nos carros

O Projeto de Lei 2149/24 visa criar uma política de incentivo ao uso de etanol no Brasil. Proposto pelo deputado Ossesio Silva (Republicanos-PE), o projeto está em análise na Câmara dos Deputados.

Intitulada "Na Hora de Abastecer, Escolha o Etanol", a política tem como objetivos principais:

- Estimular o consumo de combustível sustentável, limpo e renovável;
- Promover o agronegócio e o combustível derivado da cana-de-açúcar;
- Fortalecer o setor sucroenergético e os produtores rurais;
- Promover ações para a redução de emissões de carbono na agropecuária;
- Apoiar a criação de microdestilarias de base associativista para incentivar o consumo de etanol pelos agricultores associados.

Carros do governo - O texto também estabelece que os órgãos públicos federais devem priorizar o abastecimento de seus veículos flex com etanol sempre que isso for mais vantajoso para a administração pública. Além disso, veículos a combustão adquiridos com recursos de emendas parlamentares devem preferencialmente ser equipados com motores flex.

A União deverá incentivar as empresas sediadas no Brasil a aderir a campanhas internacionais de redução de emissões de carbono e a se comprometer com o uso preferencial de etanol em seus veículos flex.

(Foto: Mário Agra/Câmara dos Deputados)

Ossesio Silva: etanol tem vantagens ambientais.

Valorização - O deputado Ossesio Silva destaca que estimular o consumo de etanol é uma forma de mostrar que o agronegócio brasileiro, que tem na cana-de-açúcar um de seus pilares, é amigo do meio ambiente. "A proposta busca conscientizar sobre as vantagens ambientais do etanol, um combustível limpo e renovável, além de valorizar o setor sucroenergético e os produtores rurais, fortalecendo toda a cadeia produtiva e gerando milhares de empregos diretos e indiretos", afirma o parlamentar.

Segundo estimativa da consultoria Datagro, apenas 30% da frota de veículos flex no Brasil foi abastecida com etanol hidratado em janeiro deste ano.

Tramitação - O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Administração e Serviço Público; de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para se tornar lei, a proposta precisa ser aprovada pela Câmara e pelo Senado.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor

Marcos Henrique
Comercial

www.diariodenoticias.com.br
site

Amaury Marques
Administração

Elaine Fernandes
Financeiro

Valter Lana
Editor responsável

redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail

Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br

Periodicidade: DIÁRIA

AMS EDITORA LTDA
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200
CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP

Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP

Auditado e Certificado

AUTENTICIDADE DA PÁGINA
Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

POLÍTICA

EDIÇÃO NACIONAL

Sancionada lei que mantém desoneração da folha em 2024

O presidente Lula sancionou, com vetos, a lei que mantém a desoneração da folha de pagamento de empresas de 17 setores até o final de 2024, retomando gradualmente a tributação no prazo de três anos (2025 a 2027). A Lei 14.973/24 foi publicada na noite de segunda-feira (16).

A lei prevê, de 2025 a 2027, a redução gradual da alíquota sobre a receita bruta e o aumento gradual da alíquota sobre a folha. De 2028 em diante, voltam os 20% incidentes sobre a folha e fica extinta aquela sobre a receita bruta.

Durante esses anos, as alíquotas incidentes sobre a folha de salários dos municípios não atingirão os pagamentos do 13º salário.

O que é a desoneração - A desoneração permite que as empresas beneficiadas possam optar pelo pagamento de contribuição social sobre a receita bruta com alíquotas de 1% a 4,5% em vez de pagar 20% de INSS sobre a folha de salários.

A medida está em vigor desde 2011.

Pequenos municípios - A lei também beneficia os municípios com população de até 156,2 mil habitantes, que manterão a alíquota de 8% do INSS em 2024, aumentando gradualmente para 12% em 2025, 16% em 2026 e voltando a 20% a partir de janeiro de 2027. Para contarem com a redução de alíquotas, os municípios devem estar quites com tributos e contribuições federais.

(Foto: Valter Campanato/Agência Brasil)

A desoneração permite que as empresas beneficiadas possam optar pelo pagamento de contribuição social sobre a receita bruta com alíquotas de 1% a 4,5% em vez de pagar 20% de INSS sobre a folha de salários.

Projeto do Senado - A Lei 14.973/24 se originou do projeto do Senado (PL 1847/24), aprovado pela Câmara dos Deputados na semana passada, e atende a uma negociação entre o Congresso, o governo e o Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a desoneração.

O ministro Cristiano Zanin havia dado um prazo ao Congresso, encerrado ontem, para aprovar e sancionar o texto, que também prevê medidas para compensar as perdas de arrecadação decorrentes da desoneração.

Ministra defende endurecimento da pena por fogo intencional

(Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil)

Ministra do Meio Ambiente afirma que leis atuais são brandas e reforça a necessidade de medidas mais duras para combater incêndios florestais

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, classificou como inadequadas as penas previstas nas leis brasileiras para crimes ambientais como o uso do fogo para causar incêndios criminosos.

"Porque a pena de dois a quatro anos de prisão é leve e quando a pena é leve, às vezes ela é transformada em algum tipo de pena alternativa e ainda há atitude de alguns juízes que relaxam completamente essa pena", questionou.

A declaração foi dada durante a participação no programa Bom Dia Ministra, do Canal Gov, ontem (17), em Brasília. A ministra reforçou ainda que, neste momento, qualquer incêndio florestal se caracteriza como criminoso e representa ameaças ao meio ambiente, à saúde pública, ao patrimônio e à economia brasileira.

"Há uma proibição de uso do fogo em todo o território nacional, os últimos que fizeram o decreto de proibição do fogo foram os estados de Rondônia e Pará há mais ou menos uma semana e meia", disse Marina.

Seca extrema - De acordo com a ministra, das 27 unidades da federação, apenas Rio Grande do Sul e Santa Catarina não enfrentam uma seca extrema nos dias atuais. "É como se tivéssemos uma situação de risco em todo o território nacional", opinou.

Para a ministra, os criminosos se aproveitam da mudança climática, que tem causado altas temperaturas e eventos climáticos extremos, para atear fogo e causar a atual situação de incêndios no Brasil. "Há uma aliança criminosa entre ideologias políticas que querem negar a questão da mudança do clima", observou.

Ela, a seguir, informou que o endurecimento da pena de atear fogo com intenção criminosa vem sendo tratada na sala de situação do governo. Além disso, a ministra informou que há projetos de lei tramitando no Congresso Nacional - como o do senador Fabiano Contarato (PT-ES) - que torna hediondo esse tipo de crime.

Para a ministra, é necessário fazer um esforço para que os criminosos e os mandantes sejam punidos.

Operação lesa Pátria: PF prende candidato a vereador em SC considerado foragido

O pastor Dirlei Paiz (PL), candidato a vereador em Blumenau (SC), foi preso pela Polícia Federal (PF), segunda-feira, 16. O mandado de prisão foi expedido em 29 de agosto, depois que o pastor descumpriu uma medida restritiva e fez postagens nas redes sociais. Ele era considerado foragido pela PF.

Jair Santos, advogado de Paiz, disse que ele "não era foragido". "Quando a polícia cumpriu o mandado, o encontrou e ele não rompeu sua tornozeleira e se apresentava semanalmente ao fórum. Ele estava na rua fazendo campanha, perto de sua casa", disse.

Dirlei Paiz, alvo da Operação Lesa Pátria, foi levado para o Presídio Regional de Blumenau. O candidato já havia sido preso em agosto de 2023 por participar de acampamentos em frente a um batalhão do Exército e pedir uma intervenção militar no País, além de ser acusado de financiar os atos golpistas de 8 de Janeiro. Ele foi solto em dezembro do ano passado.

(Foto: facebook @PastorDirleiPaizz/Reprodução)

Pastor Dirlei Paiz (PL) teve mandado de prisão expedido em 29 de agosto, depois que ele descumpriu medida restritiva e fez postagens nas redes sociais

O pastor teve que usar tornozeleira eletrônica e foi impedido de usar suas redes sociais, após ser solto. Porém, em agosto de 2024, fez uma publicação sobre sua campanha à Câmara Municipal de Blumenau. Na ocasião, o Supremo Tribunal Federal (STF) pediu que a defesa se manifestasse, mas a Corte não aceitou os argumentos apresentados. Então, no dia 29 do mesmo mês, o ministro Alexandre de Moraes determinou a prisão.

Governo entra com primeira ação por danos climáticos contra a Amazônia

A Advocacia-Geral da União (AGU) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) protocolaram, segunda-feira (16) na Justiça Federal do Pará uma ação para cobrar a reparação financeira por danos climáticos.

A ação busca o ressarcimento de R$ 635 milhões pela criação ilegal de gado na Floresta Nacional do Jamanxim, unidade de conservação situada na Amazônia. É a primeira ação por danos climáticos movida pelo ICMBio e a AGU.

De acordo com os órgãos, o prejuízo social envolve danos com desmatamento, queimadas ilegais, aplicação de agrotóxico, destruição de áreas de preservação permanente e o impedimento da regeneração da área degradada. Na ação, os órgãos pediram à Justiça que a área seja desocupada em 30 dias.

Durante a fiscalização, os agentes do ICMBio flagraram cerca de 3 mil cabeças de gado nas áreas desmatadas. Os animais não tinham registro na vigilância agropecuária do Pará. As fazendas irregulares foram multadas e embargadas pelo instituto.

Durante a cerimônia de anúncio da propositura da ação, o advogado-geral da União, Jorge Messias, garantiu que o governo federal será rigoroso na punição de crimes ambientais. "O governo federal terá tolerância zero contra os infratores ambientais. Nós não toleraremos, de forma alguma, qualquer tipo de infração ambiental, principalmente em áreas de conservação e de preservação", afirmou.

Nunes e Datena classificam Marçal de golpista; ele rebate com 'bandido' e 'orangotango'

Tanto José Luiz Datena (PSDB) quanto Ricardo Nunes (MDB) usaram o direito de resposta aprovado para falar sobre Pablo Marçal (PRTB). Datena iniciou sua fala afirmando que o ex-coach continuava atacando sua honra e sua família "sem fundamentos" e o acusou de ter enriquecido com golpes.

Por sua vez, o atual prefeito aproveitou a oportunidade para reafirmar que Marçal teria crescido às custas de golpes em pessoas e disse que se manterá "sereno" quanto às acusações do candidato.

Marçal também obteve direito de resposta em relação às declarações de ambos e os atacou simultaneamente, classificando Nunes como "bandido" e Datena como "orangotango".

Marina Helena pergunta a Tabata sobre viagens de jatinho para ver namorado

A candidata à Prefeitura de São Paulo Marina Helena (Novo) perguntou para a candidata Tabata Amaral (PSB) quantas viagens de jatinho particular ela fez para ver o seu namorado, o prefeito de Recife (PE) João Campos que busca reeleição. A pergunta foi feita ontem, 17, no debate da RedeTV! TV em parceria com o UOL. "Quem pagou e de quem era esse avião?", disparou a economista.

Tabata respondeu que nunca utilizou de jatinhos para encontrar Campos. "Se você está curiosa sobre o meu relacionamento pessoal, tem uma série no YouTube que eu trago a minha história e trago também um pouco a minha relação com o João", respondeu.

A deputada federal aproveitou o restante do tempo para falar sobre sua proposta de ampliação da escola em tempo integral e criticou o prefeito, Ricardo Nunes (MDB).

"Durante a gestão do Ricardo Nunes, São Paulo foi a capital que mais caiu no ranking nacional de alfabetização. Caímos 19 posições. Ele será o primeiro prefeito da história a entregar resultados menores no Ensino Fundamental 1 e 2 em Português e Matemática do que recebeu", afirmou.

Na réplica, Marina Helena continuou atacando Tabata e questionou a candidata sobre falta de transparência. A deputada foi pontual em retorno: "Aguarde um processo".

Esposa de Nunes posta vídeo em defesa do prefeito e acusa Marçal de 'roubar' dinheiro de idosos

A primeira-dama da cidade de São Paulo, Regina Nunes, publicou um vídeo em seu Instagram defendendo o marido, o atual prefeito Ricardo Nunes (MDB) depois do emedebista ser acusado por Pablo Marçal (PRTB) de ter praticado violência doméstica contra a esposa no debate ontem, 17, organizado por UOL/RedeTV!. "Meu nome foi citado por um M de mentiroso: Marçal. Ele citou meu nome perguntando se meu marido me batia com uma ou com duas mãos. Não, Pablo. Meu marido nunca me bateu", declara na publicação.

"A contrário de você, que usava as suas duas mãos para roubar os velhinhos com seus golpes que você aplicava pela internet". O candidato a vice na chapa de Nunes, Coronel Mello Araújo (PL), disse que a verdade "está vindo à tona" nos comentários da publicação. "O cara é picareta", escreveu o ex-comandante da Rota em resposta ao vídeo de Regina.

A primeira-dama finaliza o vídeo acusando o ex-coach de "roubar e pegar o dinheiro alheio" de idosos por meio de golpes. Marçal foi condenado a quatro anos e cinco meses de prisão em 2010 por participar de uma quadrilha que aplicava golpes para acessar contas bancárias. A condenação prescreveu em 2018. Marçal diz que não tinha conhecimento dos crimes e que apenas dava manutenção nos computadores utilizados pelo grupo.

No debate, o influenciador tentou provocar Nunes o chamando de "Bananinha" e de "tchutchuca do PCC "[Primeiro Comando da Capital]. Ele citou um boletim de ocorrência por ameaça e violência registrado por sua mulher, Regina Nunes, e disse que ele será preso em uma eventual gestão sua. O prefeito respondeu a Marçal dizendo que ele agride a todos e que ele "saiu da cadeia, mas a cadeia não saiu dele".

O ex-coach se refere a um caso de 2011 para o qual, apesar de haver registro de B.O. contra Nunes, não houve abertura de inquérito policial. Para o avanço da apuração, era preciso que Regina Nunes, esposa do prefeito, fizesse uma representação contra o marido, o que não foi feito.

Em 18 de fevereiro de 2011, a empresária Regina Carnovale Nunes foi à 6 ª Delegacia da Mulher, em Santo Amaro, zona sul da capital paulista, e registrou um boletim de ocorrência por violência doméstica, ameaça e injúria. O alvo da queixa era seu marido, o empresário Ricardo Nunes, hoje prefeito da capital paulista. O documento foi acessado e teve o teor confirmado pelo Estadão, que entrevistou, à época, o então vice na chapa e a própria Regina. À reportagem, a empresária disse "não se lembrar" do boletim de ocorrência, e Nunes justificou o registro alegando que a esposa "estava nervosa".

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

ECONOMIA

EDIÇÃO NACIONAL

Soja e minério de ferro desaceleram inflação no atacado no IGP-10 de setembro, afirma FGV

Os recuos nos preços do minério de ferro (-8,41%) e da soja (-0,99%) desaceleraram a inflação no atacado dentro do Índice Geral de Preços - 10 (IGP-10) de setembro, informou a Fundação Getulio Vargas (FGV) ontem, 17.

O IGP-10 passou de uma alta de 0,72% em agosto para uma elevação de 0,18% em setembro. O índice acumulou uma elevação de 4,25% em 12 meses.

"O índice de preços ao produtor apresentou desaceleração significativa entre agosto e setembro. As principais commodities, como soja e minério de ferro, que têm maior peso no índice, registraram quedas nos preços", apontou André Braz, coordenador dos Índices de Preços do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA-10) passou de um aumento de 0,84% em agosto para uma alta de 0,14% em setembro.

Na análise por estágios de processamento, os preços dos Bens Finais saíram de um aumento de 0,09% em agosto para uma elevação de 0,60% em setembro, impulsionados pelo subgrupo alimentos in natura, cuja taxa passou de -6,21% para -0,96%.

O grupo de Bens Intermediários desacelerou de 1,26% em agosto para 0,60% em setembro, puxado pela queda nos preços do subgrupo de combustíveis e lubrificantes para a produção, que passou de 2,20% para -1,72%.

A taxa do grupo Matérias-Primas Brutas arrefeceu de 1,12% em agosto para -0,86% em setembro, tendo como principais contribuições os itens: minério de ferro (de -1,68% para -8,41%), café em grão (de 5,23% para 1,10%) e cana-de-açúcar (de 1,85% para 0,04%). Na direção oposta, houve aceleração nos itens: laranja (de 5,52% para 10,64%), aves (de 1,03% para 2,03%) e bovinos (de 2,67% para 2,83%).

(Foto: EBC)

"O índice de preços ao produtor apresentou desaceleração significativa entre agosto e setembro.

Produção de soja em 2024/25 deve crescer 12,82% e alcançar 166,28 milhões de t, prevê Conab

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estima uma produção de 166,28 milhões de toneladas de soja na safra 2024/25 Se confirmada, a safra será 12,82% superior à colhida no ciclo 2023/24, de 147,381 milhões de toneladas, segundo a Conab. As expectativas iniciais da Conab foram apresentadas durante o evento "Perspectivas para a Agropecuária - safra 2024/25".

O crescimento da produção deve ser impulsionado sobretudo pelo aumento esperado de 9,6% na produtividade da oleaginosa, saindo de 3,2 toneladas por hectare em 2023/24 para 3,5 toneladas por hectare no ciclo 2024/25.

A área plantada na safra 2024/25 deve crescer 3%, de 46,02 milhões de hectares para 47,40 milhões de hectares na temporada, projeta a Conab.

"Mesmo com a pressão baixista nos preços nacionais e os desafios de rentabilidade, a oleaginosa continua a ser uma cultura lucrativa e com alta liquidez. A crescente demanda global, impulsionada pelo aumento do esmagamento e pela expansão da produção de biocombustíveis, tanto no Brasil quanto internacionalmente, alimenta expectativas de crescimento nas exportações e no esmagamento interno", justifica a Conab.

O gerente de produtos Agropecuários da Conab, Sergio Roberto Santos, afirmou que há uma redução na tendência de crescimento da área de soja no País. A recuperação da produtividade considera o cenário de previsão de La Niña moderado na safra 2024/25, observou.

A Conab prevê esmagamento interno de 56,72 milhões de toneladas de soja na safra 2024/25, aumento de 7,9% ante a temporada anterior, quando foram processados 52,53 milhões de toneladas da oleaginosa.

Índice de Atividade Econômica Regional do Nordeste sobe 3,1%, mostra FGV

O Índice de Atividade Econômica Regional (IBC-R) do Nordeste cresceu 3,1% no primeiro semestre ante o mesmo período de 2023. O resultado superou o avanço de 2,1% registrado na atividade econômica nacional no mesmo período. Os cálculos são do Boletim Macro Regional Nordeste, divulgado nesta terça-feira, 17, pela FGV.

No mês de junho, o IBC-R do Nordeste recuou 1,0% ante junho de 2023, enquanto o do Brasil cresceu 1,4%. No segundo trimestre de 2024, houve um crescimento de 0,5% na atividade econômica nordestina ante o segundo trimestre do ano passado.

"O Nordeste do Brasil ainda enfrenta grandes desafios econômicos e sociais. Em 2021 representava cerca de 27% da população brasileira, mas com apenas 13,8% de participação do PIB nacional, sendo que esse patamar vem se mantendo quase que inalterado nas últimas décadas, refletindo dificuldades em superar um atraso histórico. A renda per capita da região em 2023 equivalia a apenas 62% da média nacional e concentrava 55% da população em extrema pobreza do Brasil", avaliou a FGV, em nota.

No mês de junho de 2024, a indústria do Nordeste registrou uma queda de -6,0%. As principais perdas ocorreram nos parques fabris da Bahia (-5,4%) e Pernambuco (-5,2%), enquanto o Ceará (1,6%) foi o único Estado a computar crescimento. No acumulado do ano, a produção industrial nordestina encolheu 0,4%.

Bayer e Banco do Brasil se unem em parceria inédita para oferecer CPR Preservação

Impulsionar a criação e adoção de projetos que incentivem práticas agrícolas sustentáveis, proteção de florestas e promovam uma economia mais verde é o objetivo da parceria inédita entre a Bayer e o Banco do Brasil. Intitulada CPR Preservação, a solução estruturada na Cédula do Produtor Rural Verde (CPR Verde), viabiliza ao produtor rural o acesso ao crédito com lastro na conservação de florestas em sua propriedade com a segurança e confiabilidade do PRO Carbono, iniciativa pioneira da Bayer focada no desenvolvimento de novos modelos de negócio baseados em sustentabilidade. Na prática, o Banco do Brasil desenvolveu uma metodologia de valoração das áreas de vegetação nativa, de áreas de APPs (Áreas de Preservação Permanente) e Reserva Legal, incluindo excedentes, promovendo ações de preservação florestal e mitigação das emissões de gases de efeito estufa. Destinada a produtores que possuem Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal e/ou excedente, a modalidade é amparada pela Lei 13.986/20 e pelo Decreto nº 10.828/21, um marco por promover a valorização da área preservada, tendo como lastro para a emissão do financiamento a vegetação nativa da propriedade rural.

O projeto piloto foca em um grupo de 60 agricultores da região de Rio Verde (GO) que integram o PRO Carbono da Bayer. A área foi escolhida pelo fato do Cerrado ser atualmente um dos biomas mais afetados pela expansão da fronteira agrícola, segundo o Projeto de Mapeamento Anual do Uso e Cobertura da Terra no Brasil (MapBiomas). Em 2023, ele ultrapassou a área desmatada da Amazônia, correspondendo a 61% do desflorestamento total.

"Nossa base concentra produtores engajados na agricultura regenerativa e voltados para a proteção de florestas.", explica Fabio Passos, líder do negócio de Carbono da Bayer para a América Latina.

Haddad afirma que exportação pode ser carro-chefe de ciclo econômico de crescimento

(Foto: EBC)

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, previu, ontem, 17, que a exportação pode ser o carro-chefe de um novo ciclo econômico de crescimento. "O setor exportador é muito importante e tende a ser o carro-chefe desse ciclo econômico", disse, durante reunião no Palácio do Planalto para anúncios de novos projetos da ApexBrasil. De acordo com Haddad, há três razões para se pensar sobre isso. A primeira, segundo ele, é porque a reforma tributária vai eliminar a exportação de tributos, que seria um mal da economia brasileira.

"Ninguém consegue se livrar da cumulatividade de tributos do nosso atual sistema tributário", observou o ministro. "Vocês vão poder trabalhar o preço real da mercadoria em condições de igualdade competitiva com os seus concorrentes que estão instalados em outros países. Então isso vai ser um ganho de produtividade para a economia brasileira que poucos conseguem estimar com precisão, mas ninguém diz que é menos do que 10% do PIB o impacto do crescimento nos próximos anos. Ou seja, se em 10 anos a gente ia crescer 2,5%, com a reforma tributária vamos crescer 3,5%. Esse é o efeito da reforma tributária esperado", argumentou.

A segunda questão apontada pelo ministro é o crédito para exportação. Ele citou a criação de instrumentos inovadores e disse que o cardápio apresentado para financiar o exportador está só está no começo.

Haddad diz que é preciso sair da 'mania de produzir déficits fiscais', com baixo crescimento

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem, 17, que é preciso sair da "mania de produzir déficits fiscais", durante reunião no Palácio do Planalto para anúncios de novos projetos da ApexBrasil. "Nossa economia está crescendo e vai continuar crescendo, pois tem tudo para entrar num ciclo sustentável de crescimento ao longo dos próximos anos", afirmou.

De acordo com ele, o Brasil passou por dez anos de muita turbulência, desarranjo das contas públicas e agora elas estão sendo colocadas em ordem. O trabalho, de acordo com o ministro, vem sendo feito com muita dificuldade, mas com muita negociação, tanto com o Judiciário quanto com o Congresso Nacional. "Estamos entrando no entendimento de que nós vamos sair dessa mania de produzir os déficits que foram produzidos ao longo de dez anos. E vocês veem que o déficit foi acompanhado de baixo crescimento e, pior do que isso, da baixa a qualidade do crescimento", avaliou.

FGV/Icomex: importação de bens de capital pela transformação sinaliza alta em investimento

O volume importado de bens de capital pela indústria de transformação cresceu 19,7% de janeiro a agosto deste ano, ante o mesmo período de 2023, segundo cálculos do Indicador de Comércio Exterior (Icomex) divulgado ontem, 17, pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV). No mês de agosto de 2024 ante agosto de 2023, a importação de bens de capital pela indústria de transformação cresceu 25,5%. O resultado indica uma possível melhora na taxa de investimento do País.

"Aumento de importações está associado ao crescimento do nível de atividade da economia, em especial, os bens intermediários. Aumento das importações de bens de capital revela expectativas positivas em relação ao crescimento da economia que levam ao aumento do investimento", apontou o relatório do Icomex. Segundo a FGV, os dados do volume importado de bens de capital mostram uma tendência ascendente que se acentua a partir de março de 2024.

"Se esta é uma tendência sustentável irá depender da trajetória de crescimento da economia para o próximo ano", ponderou a FGV.

Quanto à importação de bens intermediários pela indústria de transformação, que sinalizam um possível aquecimento do ritmo da produção, houve um avanço de 14,6% em agosto ante agosto do ano passado. No acumulado do ano, o volume importado de bens intermediários pela indústria brasileira aumentou 11,4% ante o mesmo período de 2023.

Considerando todas as importações, a indústria de transformação acumula uma alta de 14,8% no ano.

Apex assina convênios de R$ 537 milhões para incentivar exportação

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) apresentou, ontem (17), os 23 convênios assinados com entidades empresariais e o acordo firmado com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) para apoio às exportações do país, com a atração de investimentos e a promoção de empresas brasileiras no exterior. As iniciativas setoriais envolvem R$ 537 milhões em recursos e devem beneficiar quase 19 mil empresas nos próximos dois anos.

O acordo com o Sebrae visa incentivar cooperativas, micro e pequenas empresas (MPE), especialmente das regiões Norte e Nordeste, a iniciar ou aperfeiçoar estratégias voltadas para a exportação. Serão aproximadamente R$ 175 milhões para o desenvolvimento de novos produtos e metodologias para suprir lacunas na jornada do empreendedor que quer exportar, ações alinhadas à Política Nacional da Cultura Exportadora.

Em evento no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva comemorou as parcerias e reafirmou a importância de fazer o dinheiro circular nas mãos da população para alavancar a economia. "A palavra mágica é você transformar as pessoas em pequenos consumidores", disse.

"Eu só penso em consumo porque não tem indústria se não tiver consumo. Ninguém vai investir numa indústria se não tiver mercado para vender o seu produto. Então o milagre é a gente criar condições para que todas as pessoas tenham um pouco", acrescentou Lula, defendendo a política de valorização do salário mínimo como política de distribuição de renda no país.

No mesmo sentido, o presidente defendeu a oferta de crédito aos pequenos e médios empresários.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

INTERNACIONAL

EDIÇÃO NACIONAL

Explosão de pagers de integrantes do Hezbollah deixa 9 mortos e mais de 2 mil feridos

Inúmeros pagers que pertencem a membros da milícia xiita radical libanesa Hezbollah explodiram simultaneamente em diversas partes do Líbano ontem, 17, segundo o ministério da Saúde do país. O ministro da pasta, Firas al Abyad, disse em uma entrevista coletiva que nove pessoas morreram em decorrência das explosões e pelo menos 2.800 ficaram feridas, incluindo 200 em estado grave.

O Hezbollah confirmou que as explosões aconteceram e havia comunicado a morte de três pessoas, incluindo uma criança. A milícia xiita libanesa culpou Israel pelas explosões.

Os incidentes ocorreram após Israel afirmar que cogita realizar uma operação militar dentro do Líbano para fazer com que o Hezbollah pare de lançar foguetes contra o território israelense Após um contato do jornal The New York Times, o governo de Israel recusou comentar sobre as explosões no país vizinho.

O ministério da Saúde do Líbano aconselhou que os cidadãos fiquem longe de dispositivos semelhantes até que fique claro o que causou as explosões. A Cruz Vermelha Libanesa apontou em um comunicado que 80 ambulâncias estavam respondendo a "várias explosões" no sul e leste do Líbano, bem como na capital do país, Beirute.

(Foto: EBC)

A milícia xiita libanesa culpou Israel pelas explosões.

Oficial do Hezbollah culpa Israel - Um oficial do Hezbollah afirmou à Associated Press (AP) que integrantes da milícia xiita radical também ficaram feridos na Síria e que ele acreditava que Israel tinha sido o autor do ataque.

"O inimigo (Israel) está por trás deste incidente de segurança", disse o oficial, sem dar mais detalhes. Ele acrescentou que os pagers que os membros do Hezbollah estavam carregando tinham baterias de lítio que aparentemente explodiram. Baterias de lítio, quando superaquecidas, podem soltar fumaça, derreter e até pegar fogo.

A agência de notícias iraniana Fars, apontou em seu canal da rede social Telegram que Mojtaba Amani, embaixador do Irã no Líbano, ficou ferido após a explosão de um pager e está em observação no hospital.

O Hezbollah afirmou que o chefe da milícia xiita libanesa, Hassan Nasrallah, não foi ferido pelas explosões.

Tensões - As tensões envolvendo Israel e o Hezbollah estão altas desde 7 de outubro do ano passado, após o inicio da guerra entre Tel-Aviv e o grupo terrorista Hamas.

O Exército de Israel afirmou nesta terça-feira, 17, que interromper os ataques da milícia xiita radical libanesa Hezbollah no norte do país para permitir que os moradores retornem para suas casas é agora uma meta oficial de guerra. O gabinete do primeiro-ministro do país, Binyamin Netanyahu, considera a possibilidade de uma operação militar no Líbano.

Na segunda-feira, 16, o ministro da Defesa de Israel, Yoav Gallant, disse que uma "operação militar" no Líbano seria a única maneira de restaurar a calma no norte de Israel.

Mais de 100 mil pessoas de ambos os lados da fronteira Israel-Líbano foram deslocadas desde outubro por conta de ataques retaliatórios entre Israel e o Hezbollah.

Conselho Eleitoral da Colômbia pode investigar campanha presidencial de Petro

(Foto: EBC)

A campanha presidencial de Petro alegadamente violou os limites de financiamento em aproximadamente US$ 1,2 milhões no primeiro e segundo turnos presidenciais.

O Conselho Nacional Eleitoral da Colômbia se reuniu, segunda, 16, para avaliar e eventualmente decidir se abrirá uma investigação formal sobre a campanha presidencial de 2022 com a qual Gustavo Petro chegou ao poder, por supostamente exceder os limites de financiamento permitidos.

O Conselho é composto por 10 magistrados eleitos pelo Congresso em representação dos partidos políticos. Pelo menos dois dos juízes são do partido do presidente. Para abrir a investigação ou arquivar o caso é necessário que seis deles votem no mesmo sentido. A eventual investigação teria alcance administrativo e, caso fossem comprovadas irregularidades, seriam aplicadas multas contra quem administrou a campanha eleitoral como o gestor, o auditor ou o tesoureiro.

Dois juízes do Conselho, um deles de um partido de oposição ao governo, fizeram uma apresentação na qual argumentaram que a campanha presidencial de Petro alegadamente violou os limites de financiamento em aproximadamente US$ 1,2 milhões no primeiro e segundo turnos presidenciais.

A eventual investigação gerou um debate político e jurídico no país sobre se o Conselho é competente para abrir uma investigação que também envolve Petro, porque o presidente goza de uma jurisdição especial pela qual apenas a Comissão de Investigação deve investigá-lo.

O Conselho de Estado definiu que a jurisdição do presidente não exclui que ele possa ser investigado por outro órgão como o Conselho, que só pode impor sanções pecuniárias como multas, mas esclareceu que cabe ao Congresso investigar e, nesse caso, julgar um impeachment do presidente.

Trump tem leve favoritismo apesar de vantagem de Kamala nas pesquisas, diz diretor da Eurasia

Embora esteja atrás nas pesquisas de intenção de voto, o republicano Donald Trump tem leve favoritismo na disputa com a democrata Kamala Harris nas eleições americanas, avaliou ontem, 17, o diretor para as Américas da Eurasia, Christopher Garman.

Durante participação em congresso da Abimaq, a entidade que representa a indústria de máquinas e equipamentos, Garman disse que a eleição segue muito dividida. Kamala, frisou, leva vantagem de dois a três pontos porcentuais na soma das intenções de votos nacionais, mas isto não garante vitória no colégio eleitoral, que define as eleições nos Estados Unidos.

Nos "swing states", disse o diretor da consultoria de análises políticas, o empate entre os candidatos é impressionante, exceção a Wisconsin, onde Kamala tem três ou quatro pontos de vantagem nas pesquisas.

Garman pondera que a campanha de Trump está indo mal,

(Foto:EBC)

de modo que é difícil cravar quem sairá vencedor quando os americanos comparecerem às urnas, em 5 de novembro. A aposta da Eurasia no republicano, contudo, se baseia em levantamentos que apontam o custo de vida, que subiu por conta da inflação nos anos do governo de Joe Biden, como a principal preocupação dos eleitores americanos. No Meio-Oeste dos Estados Unidos, a renda não voltou ao patamar de antes da pandemia, o que leva a uma rejeição ao governo atual e, por extensão, à candidata da situação, Kamala Harris.

Suposto atirador de Trump pediu em livro que o Irã matasse ex-presidente dos EUA

Ryan Wesley Routh, o homem detido por supostamente tentar atirar em Donald Trump no domingo, 15, se apresentou na internet como um construtor de casas para pessoas sem teto no Havaí, recrutador de combatentes para Ucrânia se defender da Rússia e descreveu seu apoio e, posteriormente, desdenho a Trump - chegando a até incitar o Irã a matar o ex-presidente.

"Vocês são livres para assassinar Trump", Routh escreveu sobre o Irã em um livro que publicou de maneira independente em 2023, A Guerra Impossível de Vencer da Ucrânia, no qual descreve o ex-presidente como um "idiota" e "bufão" por causa da invasão ao Capitólio em 6 de janeiro de 2021 e pelo "tremendo erro" de ter deixado o acordo nuclear com o Irã.

Routh escreveu que uma vez ele votou no Trump e deve assumir parte da culpa pela "criança que nós elegemos pelos próximos quatro anos que acabou sendo desprovida de cérebro."

O homem, de 58 anos, foi preso no domingo e indiciado, segunda-feira, 16, depois de autoridades afirmarem que ele perseguiu Trump enquanto o candidato republicano jogava golfe em West Palm Beach, Florida, com um rifle AK-47 em uma aparente tentativa de assassinato interrompida pelo Serviço Secreto.

Suspeito de atentado a Trump ficou perto de campo de golfe por 12 horas, dizem registros

O suspeito de uma aparente tentativa de assassinar o candidato republicano à presidência dos EUA, Donald Trump, acampou do lado de fora de um campo de golfe na Flórida com comida e um rifle por quase 12 horas. Ryan Wesley Routh esperava a chegada do ex-presidente, antes de um agente do Serviço Secreto impedir o possível ataque e abrir fogo, de acordo com documentos judiciais apresentados na segunda-feira, 16.

Routh, de 58 anos, não disparou nenhum tiro, nunca teve Trump em seu campo de visão e fugiu em alta velocidade depois que o agente que o avistou abriu fogo, disseram as autoridades. Ele foi preso em um condado vizinho e compareceu ontem ao tribunal federal em West Palm Beach para enfrentar acusações relacionadas à posse de armas, abrindo um processo criminal nas últimas semanas de uma disputa presidencial que já foi marcada por tumulto e violência.

Embora ninguém tenha sido ferido, o episódio marca o segundo atentado contra a vida de Trump em poucos meses, levantando questões sobre sua segurança em um momento de retórica política amplificada. Aliados republicanos de Trump e alguns democratas exigem respostas sobre como o suspeito conseguiu chegar tão perto do ex-presidente em ambas as situações.

Ministra alemã emite alerta de que Moldávia pode ser alvo da Rússia depois de Ucrânia

A ministra das Relações Exteriores da Alemanha, Annalena Baerbock, emitiu um alerta dizendo que a Moldávia pode ser o próximo alvo da Rússia depois da Ucrânia.

Em comunicado, a ministra disse que o país recebeu mais refugiados ucranianos per capita do que qualquer outra nação e que o presidente russo, Vladimir Putin, "também quer mergulhar o país no caos".

No entanto, no documento, Baerbock informa que a Moldávia está mais próxima da União Europeia e que a própria Alemanha está cooperando com o país. "Com nossa ajuda, a Moldávia conseguiu estabilizar sua economia, resistir aos ataques híbridos da Rússia e controlar a inflação. Não estamos relaxando nossos esforços e continuamos a fornecer à Moldávia apoio concreto", reforça.

Haddad, Marina e mais 3 ministras viajarão para eventos da Assembleia Geral das Nações Unidas

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, publicou no Diário Oficial da União as autorizações de viagens dos ministros que participarão de eventos em Nova York nesta e na próxima semana.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, viaja de 21 a 25 de setembro para participar do Climate Week NYC e de reuniões no contexto da 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas.

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, viaja de 21 a 27 de setembro para participar da Cúpula do Futuro, da 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas, bem como de reuniões e de encontros paralelos aos eventos.

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, viaja de 20 a 26 de setembro para participar da Cúpula do Futuro, da Assembleia-Geral das Nações Unidas e de eventos paralelos no contexto da Semana de Alto Nível das Nações Unidas.

A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, viaja de 22 a 26 de setembro para participar de reuniões, no contexto da Climate Week NYC e da 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas, bem como proferir palestra na Universidade de Columbia.

A ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, viaja de 21 a 29 de setembro para participar dos eventos relacionados à Climate Week NYC, da abertura da Galeria Visit Brasil - Edição Amazônia 2024, da 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas, de reuniões com autoridades governamentais de diferentes países, do evento O futuro é ancestral e para presidir atividade do Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe (Filac).

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

MEC anuncia aumento do teto para financiamento do curso de Medicina no FIES

O Ministério da Educação (MEC) anunciou uma série de atualizações no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), visando melhorar o acesso e as condições de financiamento para estudantes universitários em todo o País. Entre as mudanças, destaca-se o aumento do teto de financiamento para cursos de Medicina, que agora é de R$ 60 mil, uma elevação significativa em relação ao valor anterior de R$ 52,9 mil. Essa alteração vem em resposta às necessidades dos estudantes dessa área, considerada uma das mais concorridas e com maior demanda no cenário educacional.

O processo de inscrição no Fies também recebeu melhorias, com a introdução da possibilidade de os candidatos selecionarem até três opções de curso ou região de interesse. Essa flexibilização tem o objetivo de tornar o sistema mais adaptável às preferências e necessidades dos estudantes, ampliando as chances de obtenção do financiamento.

Além disso, o MEC retomou os processos seletivos para o preenchimento de vagas remanescentes e lançou uma campanha de renegociação de dívidas. Essa iniciativa resultou na renegociação de 352 mil contratos, representando um montante de aproximadamente R$ 16 bilhões.

PGR denuncia 3 deputados do PL por corrupção em emendas parlamentares no Maranhão

A Procuradoria-Geral da República denunciou ao Supremo Tribunal Federal três deputados do PL - Josimar Maranhãozinho (MA), Bosco Costa (SE) e Pastor Gil (MA) - por suposto desvio de emendas parlamentares. A primeira acusação da gestão de Paulo Gonet contra deputados imputa ao trio corrupção no repasse de emendas para a prefeitura de São José de Ribamar, no Maranhão, com desvio de mais de R$ 1,6 milhão.

A reportagem busca contato com os parlamentares. O espaço está aberto para manifestações.

A denúncia foi levada ao gabinete do ministro Cristiano Zanin no início de agosto. Zanin herdou o caso do ministro aposentado Ricardo Lewandowski, que mandou a Polícia Federal abrir, em março de 2022, uma operação para vasculhar endereços ligados aos deputados do PL. A investigação se debruçou sobre o que foi batizado de "feirão das emendas" - suposta cobrança de comissão para indicar recursos do orçamento.

A investigação que levou à denúncia dos parlamentares é um desdobramento de uma operação iniciada no Maranhão em dezembro de 2020. Na ocasião, um prefeito do Estado denunciou à PF que um agiota chamado Pacovan cobrava propina e dizia que atuava para parlamentares. A PF apreendeu, entre os papéis desse investigado, uma lista com nomes dos parlamentares agora denunciados.

A apuração se debruçou sobre indícios da divisão de recursos e emendas direcionadas ao município de São José e Ribamar, com a estipulação de uma quantia de 25% para cada um dos deputados.

No celular de Josimar, a PF encontrou mensagens com os demais parlamentares investigados e com Pacovan. Os diálogos tratavam do desvio das emendas parlamentares e da eventual "cobrança" dos gestores municiais que não aderissem ao esquema.

Alvo principal do inquérito, Josimar ficou conhecido no meio policial após a Operação Descalabro, que mirou um suposto esquema de desvio de emendas parlamentares destinadas à Saúde do Maranhão que podem ter gerado prejuízo de R$ 15 milhões. Foi no âmbito de tal investigação que a PF fez ação controlada que flagrou o deputado manuseando maços de dinheiro. Tal investigação segue em curso.

Além disso, como mostrou o Estadão, Josimar é um dos deputados que direcionou, via emenda Pix, valores para empresas da família de suplentes, aliados políticos e de outros colegas do Congresso Nacional. Ele remeteu R$ 4 milhões para prefeitura de Zé Doca (MA), governada por sua irmã, Josinha Cunha (PL).

Com dinheiro em caixa, a prefeitura contratou empresas ligadas a Maranhãozinho para prestar os serviços, incluindo compra de merenda, material escolar e material de expediente.

Marina: estabelecer figura jurídica emergência climática antecede criação autoridade climática

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, diz que a criação da Autoridade Climática, órgão concebido durante a campanha eleitoral de 2022 para cobrar das demais áreas do poder público o cumprimento de metas ambientais, depende da criação da figura jurídica da emergência climática.

"A MP para criação da autoridade climática deve ser acompanhada da figura jurídica da emergência climática. É isso que vai dar o suporte jurídico necessário, para que se ampare ações com antecedência, o que não é possível hoje", disse.

A criação do órgão voltou a ser defendida pelo governo federal em meio a estiagem histórica e recorde de focos de queimadas em áreas como o Pantanal.

Ao "Bom dia, ministra", da EBC, a ministra afirmou que não há, na atual legislação, amparo para medidas preventivas contra os eventos relacionados à emergência climática, só sendo possível atuar quando já há ocorrências.

Incêndio no Parque de Brasília entra no 3º dia; fumaça se espalha

A fumaça causada pelo incêndio no Parque Nacional de Brasília está se espalhando pela capital federal. A manhã de ontem (17) iniciou com boa parte do Plano Piloto, em especial a Asa Norte, sob uma cortina de fumaça acompanhada de cheiro forte e fuligem.

Indícios são de que o fogo iniciado no domingo (15), por volta das 11h30, teve origem criminosa, o que levou a Polícia Federal a abrir um inquérito.

A onda de queimadas na capital do país atingiu pelo menos 2 mil hectares do Parque Nacional de Brasília, uma unidade de conservação de Cerrado nativo e abundante em nascentes de água, administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Com 147 dias sem chuvas este ano no DF, o tempo quente e seco dificulta o trabalho das equipes e facilita a propagação das chamas. Diante da necessidade de mobilização para enfrentar os focos de incêndio, o Corpo de Bombeiros Militares do Distrito Federal (CBMDF) suspendeu todas as concessões de férias, abonos anuais, dispensas e autorizações para participação em cursos e seminários de seu efetivo.

A baixa qualidade do ar nas áreas próximas do parque levou a Secretaria de Educação do Distrito Federal a autorizar a suspensão das aulas escolas - decisão que, segundo a secretaria, seria tomada de forma autônoma pelas unidades escolares, caso considerassem a medida necessária. O excesso de fuligem e fumaça no ar, associado ao clima seco que atinge boa parte do país, tem causado mal-estar a muitas pessoas, em especial crianças e idosos.

(Foto: EBC)

A onda de queimadas na capital do país atingiu pelo menos 2 mil hectares do Parque Nacional de Brasília, uma unidade de conservação de Cerrado nativo e abundante em nascentes de água, administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Santa Catarina também registra fenômeno da 'chuva preta', com fuligem das queimadas

A volta das chuvas em Santa Catarina nesta semana trouxe também, junto, o fenômeno da "chuva preta", que ocorre por causa da presença de fuligem na atmosfera, proveniente da fumaça das queimadas. Segundo nota da Secretaria da Agricultura e Pecuária de Santa Catarina, a chuva preta ocorreu entre 12 e 13 de setembro por diversos moradores, sendo que o oeste do Estado foi a região mais atingida, "visto que lá a concentração de fumaça foi maior durante a semana", diz a pasta. Também houve registros na serra e no leste catarinense. Para o pesquisador de hidrologia da Epagri/Ciram, Guilherme Miranda, a chuva não prejudica de forma significativa o setor agropecuário. "Ao chover, essa fuligem que estava suspensa no ar poderia se depositar na superfície das folhas das hortaliças, prejudicando o aspecto visual de algumas", cita Miranda. "Mas a própria chuva promoveu a lavagem deste material, fazendo com que consumo desses produtos hortigranjeiros não seja prejudicial para a saúde." Em relação à pecuária, Guilherme lembra que bebedouros expostos acumularam a chuva negra.

Rede D'or, Hapvida e Bradesco Saúde têm alta de atendimentos com piora do ar em SP

Operadoras de planos de saúde e hospitais, incluindo Rede D'Or, Hapvida e Bradesco Saúde, registraram um aumento nos atendimentos médicos em suas redes de hospitais durante estes primeiros dias de setembro em decorrência das queimadas ocorridas em várias regiões do Estado de São Paulo.

A Rede D'Or, dona da SulAmérica, afirmou que 9 a 13 de setembro, os atendimentos de emergência e consultórios na Região Metropolitana de São Paulo aumentaram cerca de 15% em relação à semana anterior. No mesmo período, a capital paulista atingiu a pior qualidade do ar registrada nos últimos 40 anos, segundo o índice de qualidade de ar divulgado pela empresa suíça IQAir.

Já a Hapvida NotreDame Intermédica estima um aumento de cerca de 30% na projeção de atendimentos de emergências respiratórias para setembro, em comparação com o mês de julho deste ano. Em nota, a companhia afirmou, no entanto, que não é possível afirmar que esse aumento esteja diretamente relacionadas às queimadas.

Bradesco Saúde, companhia controlada pelo Bradesco Seguros, que entrou no segmento hospitalar em 2021, também relatou ter visto um aumento de 16,3% nas internações clínicas por problemas respiratórios no país, de 1º de agosto a 12 de setembro de 2024, em comparação com o mesmo período de 2023. Apenas no Estado de São Paulo, o aumento foi de 30,5% no mesmo intervalo.

O País passa pela pior seca em sete décadas. A crise desencadeou incêndios florestais, majoritariamente criminosos segundo o governo, gerou ondas de fumaça, secou rios, dificultou o atendimento a comunidades isoladas e provocou problemas de saúde, especialmente respiratórios. No último domingo, dia 15, o Estado de São Paulo registrou 11 municípios com focos de incêndio florestal. Até agora, cinco focos foram controlados, conforme informado pela Defesa Civil. O esforço para conter as chamas envolve o Corpo de Bombeiros e o suporte de 15 aeronaves.

Quem é Mário Gomes, ex-ator da Globo e candidato a vereador que foi despejado no Rio

Mário Gomes, ator brasileiro de 72 anos, é candidato a vereador pelo Rio de Janeiro. Ele anunciou recentemente em suas redes sociais que está sendo despejado, após perder um processo trabalhista de uma fábrica de confecções que tinha no Paraná.

Desde 2018, Gomes está afastado da carreira de ator. Ele é casado com Raquel Palma e é pai de quatro filhos.

Desde 2019, o ator está envolvido em um processo de violação dos direitos trabalhistas, pela perda de causa movida por ex-funcionários de uma fábrica de confecções da qual era dono, no Paraná, chamada MG Confecções.

O Estadão teve acesso à data da ordem de despejo e da penhora da propriedade onde o ator reside com a família, desde 2002, que foi expedida em 6 de setembro, para pagamento das dívidas.

A mansão, localizada na "Beverly Hills carioca", em Joatinga, também acumulava dívidas com o IPTU que somavam mais R$ 100 mil. Avaliada, segundo o jornal Extra, em R$ 20 milhões, ela foi arrematada por R$ 720 mil.

O ator alega, em seu Instagram, a "inconstitucionalidade" da decisão judicial, disse que não saíra do imóvel, e completa pedindo ajuda para Pablo Marçal, Jair Bolsonaro, Carla Zambelli, Nikolas Ferreira, entre outros.

Em suas redes sociais, Gomes explica, em um vídeo em que discute com a oficial de justiça: "Querem me colocar na rua com meus 4 filhos, a minha esposa, minha cadela manchinha, minha gata vesguinha e minha coelha xuxuca". Ele pede ajuda, por meio do Instagram, e diz que não sairá do imóvel.

Além dos vídeos em que mostra sua situação com a penhora da propriedade, o ator filmou o processo de mudança e retirada dos móveis da casa. "A gente ri pra não chorar", escreve, na legenda.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

“Certamente alguém pôs fogo”, diz chefe do Parque da Serra dos Órgãos

O Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Parnaso), na região serrana do Rio de Janeiro, é uma das diversas unidades de conservação do país que vem sofrendo com os incêndios florestais. As chamas atingem locais de difícil acesso, o que dificulta o combate.

Os esforços para debelar o fogo são conduzidos pelo Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro e por brigadistas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) que responde pela administração do parque.

De acordo com o biólogo Ernesto Viveiros de Castro, chefe do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, somente após o fim do incêndio é que a perícia entrará em campo para dar suporte às investigações. No entanto, ele é taxativo: “certamente alguém pôs fogo”. Sua principal hipótese é de que as chamas tenham se alastrado a partir de áreas rurais vizinhas à unidade de conservação.

O ICMBio informa que combate 80 focos de incêndio em todo o estado do Rio de Janeiro.

Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) endossam as preocupações. No monitoramento por satélite realizado pelo órgão, foram registrados 978 focos em território fluminense desde janeiro. Já é o maior volume em um único ano desde 2014, quando houve 1.283 registros.

(Foto: EBC)

O ICMBio informa que combate 80 focos de incêndio em todo o estado do Rio de Janeiro.

A situação é ainda pior em estados do Centro-Oeste e do Norte do país, como Mato Grosso, Amazonas e Pará. Diante do excesso de queimadas no Brasil o presidente Luiz Inácio Lula da Silva convocou uma reunião interministerial. A Polícia Federal está investigando se condutas criminosas estão envolvidas nas queimadas.

No Parque Nacional da Serra dos Órgãos, o incêndio atual atinge a área da travessia Cobiçado e Ventania. A unidade de conservação tem a maior rede de trilhas do Brasil. É também um dos locais mais buscados para a prática de esportes de montanha, como escalada, caminhada e rapel.Em entrevista à Agência Brasil, segunda-feira (16), Castro falou sobre a evolução do incêndio, as estratégias de combate às chamas, o histórico recente de queimadas na Serra dos Órgãos, a expectativa de recuperação das áreas afetadas, o funcionamento da unidade de conservação e as medidas que podem ajudar a evitar eventos semelhantes.

Parque de Brasília: fogo vira subterrâneo mas pode voltar à superfície

(Foto: EBC)

No período mais quente do dia, chamas podem voltar a se alastrar.

O fogo que consumiu 2,4 mil hectares do Parque Nacional de Brasília e deixou parte da capital tomada pela fumaça desde o domingo (15) não está mais com chamas visíveis. O incêndio se tornou subterrâneo e consome o material combustível acumulado embaixo da terra em dois focos ainda ativos, ontem (17). Agora, o risco é que, com o período mais quente do dia, as chamas voltem a se alastrar.

Os bombeiros e brigadistas passaram a madrugada combatendo o fogo no Parque de Brasília. Com isso, a situação é bem menos crítica que a de ontem, segundo explicou o presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Mauro Pires.

“Felizmente a gente está agora com a situação mais controlada. O fogo está extinto? Não, não está extinto. Nós agora temos um momento que é de fazer esse monitoramento, fazer o combate ainda nas áreas remanescentes. A gente vai continuar esse trabalho, mas eu diria que aquele momento mais crítico felizmente ficou para trás”, destacou.

De acordo com o ICMBio, o fogo só é controlado quando não há mais chance de ele voltar a se expandir, o que ainda não é a situação do Parque Nacional de Brasília.

O combate a esse incêndio, que era feito por 93 combatentes ontem, passou para mais de 500 nesta terça-feira (17), entre bombeiros e brigadistas, que estão monitorando a situação. Três aviões e um helicóptero também estão mobilizados no Parque de Brasília.

O comandante do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, coronel Pedro Anibal, disse que outros mil agentes estão de prontidão caso necessário. Ele explicou que a dificuldade do incêndio subterrâneo é que você não vê as chamas, mas apenas a fumaça.

Planos de saúde coletivos perdem 6 em cada 10 ações judiciais por reajustes abusivos, diz FGV

Seis de cada dez ações judiciais que contestam reajustes nas mensalidades de planos de saúde coletivos têm decisão, pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), pela revisão dos aumentos, favorecendo o usuário ao invés dos planos de saúde, segundo dados divulgados por um estudo realizado por pesquisadores da Fundação Getulio Vargas (FGV) e da Universidade de São Paulo (USP).

A pesquisa “Revisão Judicial dos Reajustes de Planos de Saúde no Tribunal de Justiça de São Paulo”, publicada na revista Direito Público, destaca que o principal motivo para a revisão é a ausência de transparência ou justificativa no cálculo dos reajustes pelas operadoras de saúde. O estudo analisou 215 das 666 decisões judiciais coletadas, todas relacionadas a planos de saúde coletivos. Em 85 casos (40%), o reajuste foi considerado legal, enquanto em 130 (60%) foi considerado ilegal.

Segundo a pesquisa, o Tribunal de Justiça de São Paulo geralmente utiliza o índice de reajuste aplicado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar

(Foto: EBC)

(ANS) aos planos individuais e familiares em suas revisões. Este ano, o reajuste desses planos foi de 6,9%, enquanto os planos coletivos tiveram um aumento médio de 14%.

A legislação que regula os planos coletivos prevê que o preço seja definido por livre negociação entre as partes. No entanto, Daniel Wang, professor da FGV Direito SP e um dos autores do estudo, aponta que as decisões judiciais indicam uma desconfiança do Judiciário em relação a essa negociação.

“Em 60% dos casos da nossa amostra o reajuste acabou sendo revisto pelo TJ-SP, com o argumento de que a forma como o cálculo foi feito não é transparente ou não está devidamente fundamentado”, afirma Wang ao Estadão/Broadcast. O acadêmico avalia que embora a taxa seja alta, ela é menor do que a taxa de sucesso de ações em que usuários litigam contra operadoras em razão de negativa de cobertura.

Mário Gomes é despejado de mansão e pede ajuda para Pablo Marçal: ‘Injustiça’

Mario Gomes foi despejado de sua mansão no último domingo, 15. A propriedade está localizada em Joatinga, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, e foi o lar do ator e sua família desde 2002.

Segundo o jornal Extra, a casa foi a leilão com o intuito de pagar dívidas trabalhistas de costureiras da antiga confecção que o artista possuía no Paraná. A mansão é avaliada em R$ 20 milhões, mas foi arrematada por R$ 720 mil.

Após o despejo, o ator usou suas redes sociais para pedir ajuda para figuras políticas como Pablo Marçal, Nikolas Ferreira e Jair Bolsonaro. “Peço a vocês que marquem o Pablo Marçal, Jair Bolsonaro, Nikolas Ferreira, todas essas pessoas que são do bem. A gente precisa modificar o que está acontecendo no Brasil, é um absurdo.”

Em outra publicação, ele escreveu: “Estão tentando levar a minha casa nesse momento! Querem me colocar na rua com meus filhos, minha esposa, minha cadela manchinha, minha gata vesguinha e minha coelha xuxuca! Só tenho vocês agora, tudo que eu conquistei me tiraram”.

Gomes também publicou um vídeo pichando as paredes de sua casa com a mensagem: “Não vou sair”. No registro, ele afirma que a situação é uma injustiça. Seguidores demonstraram apoio a ele. “Não saia do seu imóvel, não existe isso de tomar o único bem que você possui”, disse um. “Que absurdo, isso é bem de família”, defendeu outro.

Após agressão, campanha de Marçal avalia entrar com ação criminal contra Datena

A campanha do candidato à Prefeitura de São Paulo Pablo Marçal (PRTB) discute a possibilidade de entrar com uma ação criminal contra José Luiz Datena (PSDB) por lesão corporal leve após a agressão sofrida durante o debate na TV Cultura, domingo, 15. A informação foi confirmada ao Broadcast Político (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) por um dos coordenadores da campanha de Marçal.

Ao sair do Hospital Sírio-Libanês nesta segunda-feira, 16, Marçal disse que apresentará pedido de cassação do registro de candidatura de Datena. “Nós vamos pedir a cassação do registro dele. Nós vamos pedir tudo o que precisa ser pedido em nome da sociedade ... Ontem eu fui vítima do Datena, mas eu não sou vitimista. Nós vamos para a guerra. Foi só um esbarrão, não é, Datena?”, disse o candidato.

Advogado do PSDB, partido de Datena, Guilherme Ruiz avalia que o pedido de cassação não avançará. “Na legislação eleitoral não há previsão de cassação por agressão física. Datena continuará sendo candidato. Marçal, por outro lado, poderá ficar inelegível em face da ação por abuso do poder econômico movida pelo partido de Tabata”, disse, referindo-se à candidata à Prefeitura de São Paulo Tabata Amaral (PSB).

Portaria da Fazenda prevê bloqueio de sites de apostas irregulares a partir de outubro

A Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda publicou portaria que dá prazo até 1º de outubro para o fim do funcionamento no País das empresas de apostas de quota fixa que ainda não iniciaram sua regularização junto ao governo. Há um prazo adicional até 10 de outubro para o levantamento dos depósitos dos apostadores e, a partir de 11 de outubro, o órgão solicitará o bloqueio dos sites e a exclusão dos aplicativos das casas irregulares.

“A pessoa jurídica que mantiver depósito de apostador é obrigada a ter na guarda e conservação os valores depositados bem como os restituir quando o exija o depositante, garantindo ainda meios para que tal exigência possa ser formalizada, independentemente do prazo da portaria”, completa o texto, publicado no Diário Oficial da União (DOU).

As empresas de apostas que já iniciaram o processo de regularização junto ao governo têm até o dia 30 de setembro para indicarem suas marcas em atividade e os respectivos domínios de internet onde prestarão o serviço durante o período de adequação.

“A partir de 1º de janeiro de 2025, apenas agentes operadores de apostas autorizados poderão explorar a atividade no País, que se dará exclusivamente em domínio brasileiro de internet, com extensão ‘bet.br’”, reforça a portaria.

Presidente do ICMBio pede consciência da população sobre uso do fogo

O presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Mauro Pires, disse, segunda-feira (16), que a população tem que se conscientizar que não é permitido colocar fogo em qualquer área neste período do ano.

“A primeira coisa que nós temos de fazer é uma conscientização nas escolas, nas empresas que em todo o Brasil está proibido colocar fogo no mato. Às vezes, por falta de conhecimento, o fogo é colocado pelo seu vizinho, pelo próprio proprietário que está fazendo a limpeza de uma área, a limpeza do pasto, mas isso pode ganhar uma proporção muito grande”, disse, em entrevista ao programa A Voz do Brasil, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). A denúncia sobre focos de fogo pode ser feita através do número 190 da Polícia Militar e do 193, como também para o Linha Verde dos órgãos ambientais. “É importante também o apoio dos governos estaduais com as suas brigadas e até das prefeituras, que estão mais próximas da população e podem também auxiliar para evitar que um incêndio ganhe grandes proporções”. Segundo ele, é possível que os efeitos climáticos se agravem nos próximos anos. “Portanto, se a gente não tiver uma ação coordenada, integrada, entre todas as esferas, a gente não vai enfrentar esse tipo de situação”.

Ações criminosas - Pires falou dos focos que são tipicamente criminosos, como colocar fogo num parque nacional, que é crime previsto na legislação ambiental. O presidente do ICMBio lembrou o incêndio que está destruindo o Parque Nacional de Brasília. “Hoje, a cidade amanheceu com muita fumaça, porque ontem, um domingo muito quente, houve um fogo na Granja do Torto, que acabou se alastrando para o Parque Nacional, como é uma área de floresta nativa, o fogo acabou ganhando uma proporção muito grande”.

ESPORTES

EDIÇÃO NACIONAL

BRASILEIRÃO - SÉRIE B

26ª RODADA RESULTADOS

Data	Mandante	Placar	Visitante	Horário	Estádio
13/09	Novorizontino	2x0	Botafogo-SP	19:00	Jorge Ismael de Biasi
	Goiás	2x1	Avaí	21:00	Serrinha
	Ponte Preta	1x4	Ituano	21:30	Moisés Lucarelli
14/09	Brusque	3x1	Vila Nova	17:00	Gigantão das Avenidas
	Paysandu	2x1	Guarani	17:00	Curuzu
	Mirassol	0x0	Amazonas	18:00	Maião
15/09	Santos	2x1	América-MG	16:00	Vila Belmiro
	Operário-PR	2x1	Coritiba	16:00	Germano Krüger
	Chapecoense	2x1	Ceará	18:30	Arena Condá
	Sport	2x0	CRB	18:30	Arena Pernambuco

CLASSIFICAÇÃO

	P	J	V	E	D	GP	GC	SG
● 1 Novorizontino	47	26	13	8	5	31	21	10
● 2 Santos	46	26	13	7	6	39	19	20
● 3 Mirassol	43	26	12	7	7	7	20	7
● 4 Sport	42	25	12	6	7	33	25	8
5 Vila Nova	42	26	12	6	8	30	30	0
6 Ceará	39	26	11	6	9	40	32	8
7 América-MG	38	26	7	11	6	31	22	9
8 Avaí	37	26	10	7	9	21	21	0
9 Goiás	36	25	10	6	9	35	26	9
10 Operário-PR	26	25	10	6	9	20	19	1
11 Amazonas	36	25	9	9	7	23	22	1
12 Coritiba	34	26	9	7	10	24	26	-2
13 Botafogo-SP	30	25	7	9	9	24	34	-10
14 Paysandu	30	26	6	12	8	26	30	-4
15 Ponte Preta	29	26	7	8	11	29	36	-7
16 Ituano	28	26	8	4	14	33	45	-12
● 17 Chapecoense	28	26	6	10	10	20	26	-6
● 18 CRB	26	26	6	8	12	24	32	-8
● 19 Brusque	26	26	5	11	10	19	31	-12
● 20 Guarani	21	25	5	6	14	26	38	-12

● SOBE PARA SÉRIE A ● REBAIXADO À SÉRIE C

FONTE CBF | INFOGRAFFO

Chefe da Sauber admite cogitar 'jovem talento' para 2025 na F-1; Bortoleto é candidato

Principal dirigente da Kick Sauber, Alessandro Alunni Bravi admitiu que está cogitando contar com um "jovem talento" na equipe para a temporada 2025 da Fórmula 1. O brasileiro Gabriel Bortoleto, que vem se destacando nas competições de base, é um dos candidatos a uma vaga de titular do time suíço.

"Estamos evoluindo todas as opções para ver qual será o melhor equilíbrio entre um piloto mais experiente, de longa passagem pela F-1, ou um de caso intermediário ou mesmo de um jovem talento", disse Alunni Bravi. "Há candidatos potenciais para cada caso. Valtteri é um piloto muito forte do nosso time, o conhecemos muito bem. Está com o time há três anos e, claro, está no topo de nossa lista." O nome de Bortoleto é uma das opções à disposição da Sauber, conforme apurou o Estadão. Aos 19 anos, ele é o atual campeão da Fórmula 3. E, no fim de semana passado, assumiu a liderança da F-2, confirmando as expectativas sobre o seu potencial. A seu favor, ele também tem a empresa que agencia sua carreira e que pertence a Fernando Alonso.

O bicampeão mundial, atual piloto da Aston Martin, está acostumado a fazer elogios ao pupilo brasileiro no paddock. Em entrevista ao Estadão no ano passado, Bortoleto afirmou que costuma receber boas avaliações e dicas de pilotagem do próprio espanhol.

(Foto: Divulgação)

No momento, a Sauber tem apenas uma vaga de titular disponível. Será ocupado pelo experiente alemão Nico Hülkenberg em 2025. A outra vaga é disputada pelo finlandês Valtteri Bottas, pelo brasileiro e pelo jovem francês Theo Pourchaire, de 21 anos, atual piloto reserva da equipe.

Atuais titulares da Sauber, que passará a se chamar Audi em 2026, Bottas e o chinês Zhou Guanyu só têm contrato até o fim do ano. E o piloto da China já está descartado da disputa. De acordo com Alunni Bravi, a escolha vem sendo feita pelo italiano Mattia Binotto, ex-chefe da Ferrari, contratado recentemente pela Sauber-Audi. "Ainda há outras oportunidades. Estamos olhando os prós e os contras de cada candidato. E Mattia vai tomar a decisão pensando não apenas em 2025, mas também em nossa estratégia de médio e longo prazo para o projeto da Audi."

Volante do City diz que jogadores podem iniciar greve contra aumento do número de jogos

(Foto: Divulgação)

O volante Rodri, do Manchester City, afirmou ontem que os jogadores estão perto de organizar uma greve contra o aumento do número de partidas na atual temporada europeia. O maior gatilho é a Liga dos Campeões, que estreará novo formato nesta terça, com mais jogos em sua primeira fase.

"Acho que estamos perto disso (greve). É fácil de entender. Se você perguntar a qualquer jogador, ele vai dizer o mesmo. Não é apenas a opinião do Rodri ou de outro jogador. Acho que esta é a opinião geral dos jogadores", declarou o meio-campista do City e da seleção da Espanha.

Sem dar maiores detalhes sobre uma possível organização entre os jogadores, visando uma eventual greve, ele afirmou que a paralisação dos jogos pode se tornar uma opção inevitável. "Se a situação continuar assim, haverá um momento em que não teremos outra opção, é o que eu penso. É algo que nos preocupa porque nós somos os caras que sofrem (com a situação)."

Rodri deve estrear na temporada europeia nesta quarta, na partida contra a Inter de Milão, no Etihad Stadium. Ele perdeu as primeiras rodadas do Campeonato Inglês porque estava de férias após defender a Espanha na conquista da Eurocopa, em julho. Pelo novo formato da Liga dos Campeões, os clubes farão dois jogos a mais na primeira fase, agora de pontos corridos. No caso do City, o time terá que disputar ainda o Mundial de Clubes, no meio do ano que vem, ao fim da atual temporada europeia.

A criação do campeonato é um dos principais alvos de insatisfação dos jogadores, principalmente através da FIFpro, o sindicato dos atletas. A entidade abriu um processo judicial contra a Fifa sobre suas competições ampliadas, que incluem a primeira Copa do Mundo masculina de 48 equipes em 2026.

Rodri disse que se pode esperar que os jogadores "tenham o melhor desempenho" se jogarem de 40 a 50 jogos por temporada. E não "60 a 70 partidas", um número que Rodri pode ter que jogar se o City for longe em todas as competições em que participa. Julian Alvarez, que jogou pelo City nas últimas duas temporadas antes de se transferir para o Atlético de Madrid, foi relacionado para 83 partidas na temporada passada. Outro jogador do City, Phil Foden, jogou em 72. "Na minha humilde opinião, acho que é demais. Temos que cuidar de nós mesmos. Alguém tem que cuidar de nós mesmos porque somos os personagens principais, digamos, deste esporte ou deste negócio."

Técnico do Manchester United diz que Anthony precisa 'conquistar direito de jogar'

Erik ten Hag, técnico do Manchester United, mandou um recado ao brasileiro Anthony, que perdeu espaço na equipe e quase não vem sendo utilizado neste início de temporada. Ao ser questionado sobre a escalação da equipe para o jogo desta terça com o Barnsley, pela Liga da Copa Inglesa, ele praticamente descartou utilização do atacante revelado pelo São Paulo. Reserva nos quatro jogos que o time fez pelo Campeonato Inglês, Anthony entrou em campo somente no fim da partida em que o United foi derrotado pelo Brighton por 2 a 1.

Em seu discurso, o treinador afirmou que os titulares vem sendo escolhidos pelo desempenho nos treinos.

"Os jogadores precisam conquistar o direito de jogar. Quando eles fazem as coisas certas nos treinamentos, quando a atitude corresponde, quando mostram desempenho, eles conquistam o direito de jogar", afirmou o comandante.

Sobre, Anthony, ele disse entender a vontade do atleta em recuperar a posição de titular, mas adiantou que, pelo menos por enquanto, outros atletas estão em melhores condições.

'É catastrófico': Neymar critica Mbappé a brasileiros do Real Madrid, diz rádio

Companheiros de Paris Saint-Germain por seis anos, Neymar e Mbappé nunca mantiveram relação de proximidade fora dos gramados A dupla ainda acumula polêmicas e atritos em si que se tornaram públicos enquanto atuavam na mesma equipe. Agora, mesmo separados e jogando em clubes diferentes, o nome dos dois voltou estar ligado em mais uma situação que indicaria uma má relação entre os dois. Isso porque o atacante do Al-Hilal teria criticado o francês para seus colegas brasileiros que atuam no Real Madrid, clube que contratou Mbappé nesta temporada. O comentário de Neymar teria sido dito ao quarteto brasileiro que joga pela equipe espanhola, Vini Jr, Rodrygo, Éder Militão e o recém-chegado Endrick.

Segundo informações do jornalista francês Cyril Hanouna, da rádio Europe 1, o atacante da seleção brasileira afirmou que dividir clube com Mbappé era "catastrófico, o inferno". A revelação aconteceu ao vivo no programa "On marche sur la tête", da rádio francesa.

"Os brasileiros do Real Madrid são amigos de Neymar. Sempre houve uma guerra entre Neymar e Mbappé. Neymar escreveu sobre Mbappé aos brasileiros, dizendo a eles que era catastrófico (jogar com ele), que era o inferno", diz Hanouna no programa.

Ginasta Jordan Chiles apresenta recurso em corte suíça para reaver bronze em Paris-2024

A ginasta americana Jordan Chiles entrou com recurso junto à Suprema Corte da Suíça para tentar reaver a medalha de bronze que conquistou na Olimpíada de Paris-2024, na mesma prova em que Rebeca Andrade se sagrou campeã olímpica. Com o recurso, a atleta vai além das esferas esportivas para recuperar a vaga no pódio da prova de solo.

A disputa pelo bronze vem se tornando uma "novela" dos Jogos Olímpicos após recursos tanto da americana quanto da romena Ana Maria Barbosu, que acabou ficando com o terceiro lugar. No dia da competição, quem subiu ao pódio no terceiro posto foi Chiles, que protagonizou uma das cenas mais marcantes da Olimpíada ao fazer reverência à Rebeca ao lado de Simone Biles, medalhista de prata no solo. A imagem, contudo, se tornou desatualizada rapidamente. Após uma série de recursos das equipes dos Estados Unidos e da Romênia ainda durante a disputa do solo, a federação romena acionou a Corte Arbitral do Esporte (CAS, na sigla em inglês), que decidiu em favor de Barbosu. Assim,

(Foto: Divulgação)

Chiles precisou devolver a medalha. No recurso junto à CAS, os romenos alegaram que a apelação de Chiles durante a prova do solo, o que acabou levando a americana ao pódio, havia sido feito quatro segundos depois do prazo final estabelecido pela Federação Internacional de Ginástica. Como o recurso dos romenos foi aceito pela CAS, a nota de Chiles foi reduzida, a tirando do pódio. Os advogados de Chiles argumentaram que a CAS não levaram em conta os vídeos da disputa do solo, que, na avaliação dos americanos, "provam inequivocamente" que o recurso havia sido submetido a tempo, dentro do prazo final da federação internacional. Eles também apontaram que Hamid Gharavi, o presidente do julgamento da CAS, tinha conflito de interesses, por ter atuado como advogado da Romênia por quase dez anos.

Liga dos Campeões começa nesta terça: entenda o novo formato e veja os jogos do dia

A Liga dos Campeões está prestes a iniciar um novo formato de disputa e que irá trazer mudanças significativas para a mais prestigiada competição entre clubes do mundo.

A partir desta edição, 36 equipes estão na disputa pela taça "orelhuda" e a primeira rodada da competição europeia acontece nesta terça-feira, a partir das 13h45. A primeira mudança já é percebida logo na primeira rodada, que será dividida em três datas nesta semana. Além da terça, quarta-feira e quinta também serão marcadas pelas estreias das equipes na Liga dos Campeões.

E o cartão de visitas para a nova edição é de alto nível. Milan e Liverpool se enfrentam nesta tarde e reeditam as finais continentais de 2005 e 2007, que terminou com um título para cada lado.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

Heleno & Fonseca Construtécnica S.A.

CNPJ/MF nº 61.573.184/0001-73 - NIRE 35300045840

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 01 de Julho de 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 1º do mês de julho de 2024, às 10:00 (dez) horas, na sede social da **HELENO & FONSECA CONSTRUTÉCNICA S.A.** ("**Companhia**"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Guararapes, nº 1.909, 5º andar, Brooklin, CEP 044561-004. **2. Convocação e Presença**: Dispensada em virtude do comparecimento de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do §4º do artigo 124 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("**Lei das S.A.**"), conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas da Companhia, arquivado na sede social da Companhia. Também esteve presente, com a anuência de todos os acionistas, o advogado da Companhia, Sr. **Leonardo Moreira Costa de Souza**. **3. Mesa**: Presidente: Sr. **Leonardo Moreira Costa de Souza**; Secretário: Sr. **Djalma Soares dos Santos Jr**. **4. Ordem do Dia**: Discutir, deliberar e/ou fazer considerações sobre: **(i)** a alteração do Capítulo IV do Estatuto Social da Companhia; **(ii)** a eleição do Diretor Comercial da Companhia; **(iii)** exposição dos motivos do atual atendimento das pendências administrativas apresentadas pela Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) nos Boletins Administrativos nº 3.201.879/16-2 e nº 3.201.882/16-1; e **(iv)** autorizar a Diretoria a praticar todos os atos necessários à efetivação das demais deliberações desta ata. **5. Deliberações**: Abertos os trabalhos e tendo sido verificado o quórum necessário, foi declarada regularmente instalada esta Assembleia. Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou oposições, o seguinte: **(i)** a alteração do Capítulo IV do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a redação constante do **Anexo I** à presente; **(ii)** a eleição do Sr. **ALEXANDRE BERWERTH PEREIRA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do RG nº 9.107.138-0, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 081.918.778-05, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Teixeira da Silva, nº 363, apto. 44, Paraíso, CEP 04002- 031, para o cargo de Diretor Comercial da Companhia, para um mandato coincidente com o dos demais membros da Diretoria atualmente em exercício, com extensão até a data da realização da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025. O Diretor ora eleito tomará posse em seu respectivo cargo nesta data, mediante a assinatura do respectivo termo de posse a ser lavrado em livro próprio, sob a forma do **Anexo II** à presente ata e nos termos da legislação aplicável, onde prestará as devidas declarações na forma da lei, declarando, sob as penas da lei, que não está incurso em nenhum crime que o impeça de exercer atividade comercial, empresarial ou de participar da administração da Companhia, bem como que não está condenado, ou sob efeito de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, acesso a cargos públicos, crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **(iii)** Expor os motivos e consignar as razões pelas quais a Companhia entende que as pendências administrativas apresentadas pela Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) nos Boletins Administrativos nº 3.201.879/16-2 e nº 3.201.882/16-1 já foram todas atendidas e sanadas, e que, por isso, devem ser definitivamente canceladas das fichas e cadastros da Companhia perante a JUCESP: **(iii.a)** na ata da Reunião do Conselho de Administração, realizada em 23 de maio de 2016, arquivada na JUCESP sob o nº 258.726/16-7, foram naquela época eleitos como membros da Diretoria da Companhia os Srs. **Dante Prati Fávaro (Diretor Presidente)**, **Adelmo Ernesto di Gregorio (Diretor Vice-Presidente)** e **Carlos Zenhiti Sasaki (Diretor Corporativo)**; **(iii.b)** o termo de posse do Sr. **Adelmo Ernesto di Gregorio** foi prontamente arquivado na JUCESP junto com a ata da referida Reunião do Conselho de Administração, sob o nº 258.726/16-7, enquanto que os termos de posse dos Srs. **Dante Prati Fávaro** e **Carlos Zenhiti Sasaki** foram arquivados em data posterior, na sessão de 03 de agosto de 2016, sendo que o termo de posse do Sr. **Dante Prati Fávaro** foi arquivado sob o nº 346.075/16-6 e o termo de posse do Sr. **Carlos Zenhiti Sasaki** foi arquivado sob o nº 346.076/16-0; **(iii.c)** diante desses fatos, confirma-se e registra-se neste ato que todos os termos de posse decorrentes da eleição deliberada na ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de maio de 2016, arquivada sob o nº 258.726/16-7, foram todos devidamente registrados e arquivados na JUCESP, conforme é possível verificar a partir da consulta aos documentos registrados sob os nº 258.726/16-7, 346.075/16-6 e 346.076/16-0; **(iii.d)** consigna-se, ainda, que o termo de posse do Sr. **Adelmo Ernesto di Gregorio**, e demais documentação correlata, arquivado na JUCESP sob o nº 346.074/16-2, na sessão do dia 03 de agosto de 2016, foi reapresentado para registro com o único e exclusivo propósito de confirmar e ratificar o termo de posse do Sr. **Adelmo Ernesto di Gregorio** que já havia sido antes arquivado junto com a ata da Reunião do Conselho de Administração, arquivada sob o nº 258.726/16-7, na qual, como foi dito acima, os Srs. **Dante Prati Fávaro**, **Adelmo Ernesto di Gregorio** e **Carlos Zenhiti Sasaki** foram eleitos como Diretores da Companhia; **(iii.e)** consigna-se também que o arquivamento dos termos de posse dos Srs. **Dante Prati Fávaro**, **Adelmo Ernesto di Gregorio** e **Carlos Zenhiti Sasaki**, registrados sob os nº 346.075/16-6, 346.074/16-2 e 346.076/16-0, aconteceu em data posterior porque foi detectado um erro material na ata da Reunião do Conselho de Administração de 23 de maio de 2016, arquivada sob o nº 258.726/16-7, na qual foram incorretamente anexados 3 (três) termos de posse iguais e repetidos, todos em nome do Sr. **Adelmo Ernesto di Gregorio**, e não um para cada Diretor então eleito, como seria o correto e era desejado; e **(iii.f)** confirma-se e ratifica-se finalmente que os Srs. **Dante Prati Fávaro (Diretor Presidente)**, **Adelmo Ernesto di Gregorio (Diretor Vice-Presidente)** e **Carlos Zenhiti Sasaki (Diretor Corporativo)** foram regularmente eleitos como membros da Diretoria da Companhia na referida Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de maio de 2016, cuja ata se encontra arquivada sob o nº 258.726/16-7, e que eles tomaram posse e investidura nos respectivos cargos através dos termos de posse arquivados sob os nº 346.075/16-6, 346.074/16-2 e 346.076/16-0, tendo permanecido nos cargos correspondentes até a data da Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 29 de maio de 2018, cuja ata foi arquivada sob o nº 276.634/18-4, na qual foram apreciadas e deliberadas as contas da administração e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, entre outros assuntos. **(iv)** Autoriza-se, por fim, a Diretoria da Companhia a desde já praticar todos os atos, adotar todas as providências e assinar todos os documentos que venham a se fazer necessários à implementação e efetivação das deliberações tomadas nesta assembleia. **6. Encerramento, Aprovação e Lavratura:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do art. 130, § 1º, da Lei das S.A., autorizando-se o arquivamento da sua certidão perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do §2º do art. 130 da Lei das S.A. **Mesa**: Presidente: Sr. **Leonardo Moreira Costa de Souza**; Secretário: Sr. **Djalma Soares dos Santos Jr.** *Certifica-se que a presente ata é cópia fiel daquela lavrada no livro próprio.* São Paulo, 1º de julho de 2024. **Mesa**: **Leonardo Moreira Costa de Souza -** Presidente; **Djalma Soares dos Santos Jr. -** Secretário. JUCESP sob o nº 337.450/24-9 em 09/09/2024. Maria cristina Frei - Secretária Geral.

Anexo I da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Heleno & Fonseca Construtécnica S.A., Realizada em 01 de Julho de 2024. Estatuto Social da Heleno & FONSECA CONSTRUTÉCNICA S.A.

CNPJ/MF nº 61.573.184/0001-73 - NIRE 35300045840

Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração:

Art. 1º - A Heleno & Fonseca Construtécnica S.A. é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede e foro na Cidade de São Paulo/SP, decorrente da incorporação da Construtécnica S.A. Comercial e Construtora, pela Sociedade Construtora Heleno & Fonseca S.A. A incorporadora, ou seja, a sociedade Construtora Heleno & Fonseca S.A., foi constituída sob a forma de sociedade anônima por escritura pública datada de 13/07/1958, no 13º Tabelionato de Nota desta Capital, arquivado na JUCESP nº 139.254 na seção de 25/10/1958 e foi, por sua vez sucessora da sociedade por quotas de responsabilidade limitada constituída original em 26/01/1952, cujo contrato social está registrado no 4º Registro de Títulos e Documentos, desta capital sob nº 1.417, livro A nº 2 em 05/02/1948, no 4º Registro de Títulos e Documentos desta Capital. A Heleno & Fonseca Construtécnica S.A., neste estatuto, doravante denominada "Companhia", reger-se-á por este Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Art. 2º** - A Companhia tem por objeto a prestação de serviços relativos à Construção, Administração, Supervisão, Estudos, Projetos, Planejamento, Consultoria e a Execução de quaisquer serviços técnicos pertinentes a Obras de Engenharia tais como: Terraplanagem, Dragagem, Pavimentação, Hidroelétricas, Túneis, Barragens, Serviços e Obras por Processos não Destrutivos, Aeroportos, Ferrovias, Portos, Metrôs, Obra de Arte em Geral, Pontes, Viadutos, como Fresagem e Reciclagem de Pavimentos, Sinalização de Ruas e Rodovias; Construção de Estradas e Rodagem Compreendendo-se também sua administração, tanto por conta própria como de terceiros permissionários, assim como participando em geral e em todas as suas modalidades técnicas e econômicas permitidas em lei: Importação e Exportação; Locação de Equipamentos, Incorporação, Comercialização e Administração de Imóveis próprios; a Constituição de Condomínio e demais Empreendimentos Imobiliários; a Prestação de Serviços relativos a todos os setores de Saneamento Básico, Redes de Águas e Esgotos, Coletores Tronco e Interceptores, Estações de Tratamento de Águas e Esgotos e Elevatórias, Rios e Canais, Galerias de Águas Pluviais, Drenagens, Adutoras, Piscinões, Prestação de Serviços relativos a todos os setores de Limpeza Pública, que abrange execução e exploração em todas as suas variações, como Coletas, Varrição, transporte e transbordo e destinação final dos Resíduos Sólidos, Domiciliares, Industriais e Hospitalares, tanto em Aterros Sanitários, Incineradores ou Usinas de Compostagem, ou outro qualquer sistema que vise equacionar o problema do lixo, incluindo-se qualquer outro serviço que possa ser caracterizado como limpeza ou que sejam considerados similares, podendo operar e administrar qualquer das modalidades existentes ou que venham ser implantadas sendo sob o regime de contratação, concessão privatização de tais serviços ou obras, Implantação de Sistemas de Telecomunicação e Telefonia; Informática, marketing e Telemática em geral; Implantação e Operação de radares móveis ou estativos de veículos automotores para controle de Tráfego; Atividades pertinentes à Perfuração de Poços de Petróleo e ou Gás, Poços Artesianos, Construção de Oleodutos e Gasodutos; Montagem Eletro Mecânicas; Estruturas Metálicas; Redes de Transmissão de Energia, Eletricidade, Construção, Manutenção e Operação de Corredores e terminais para servirem exclusivamente ao Transporte de Passageiros por Ônibus, Trens ou outros tipos de veículos destinados a esse fim; Planejamento, Construção, Operação, Manutenção de todo e qualquer procedimento destinado à Inspeção de Segurança Veicular; Controle de Poluição Ambiental seja através de Emanação, Produção, Contaminação e Dispersão de Gases, Fumaça ou qualquer outro elemento cuja presença no ar possa causar deterioração no Meio-Ambiente, podendo para finalidade noticiada, construir por conta própria ou de terceiros, as instalações necessárias, bem como sua Operação e Administração, e ainda, nomear franqueados ao atendimento do fim proposto pelas autoridades competentes; pode, ainda, a Sociedade participar como sócia ou acionista de outras Empresas ou Grupos Nacionais ou Estrangeiros, podendo ainda, constituir e participar de Empresas de propósitos específicos e tudo mais, que consulte os interesses sociais, inclusive atividades Agropecuárias e Reflorestamento, Mineração, Loteamentos, Urbanização de Áreas Rurais e Urbanas; participar de Concessão e Permissão de Serviços Públicos e Exploração e Comercialização de qualquer tipo de gás e origem de sua produção bem como a distribuição seja através de sistema como gasoduto ou qualquer outro tipo de transporte que melhor atenda e convenha aos interesses no momento, podendo ainda cuidar da produção de energia elétrica oriunda de gás ou produzida através de qualquer modalidade, além da transmissão de energia elétrica por redes, cabos óticos ou qualquer outro sistema ou método que venha ser implantado no ramo de eletricidade, pode também, participar de todas as atividades de serviços públicos em geral que sejam permitidos por Lei, e, de toda e qualquer forma de privatização que venha a ser oferecida, bem como Planejamento, Operação e Exploração, por conta própria ou para terceiros, e, também, em regime de Concessão ou Permissão de Garagens, Estacionamentos e Correlatos. **Art. 3º** - Por deliberação da Diretoria eleita na forma deste Estatuto, a Companhia poderá criar ou suprir Filiais, Agências, Escritórios e Depósitos em qualquer parte do Território Nacional ou no Exterior. **Art. 4º** - O prazo de duração da Companhia é por tempo indeterminado. **Capítulo II - Capital Social e Ações: Art. 5º** - O Capital Social totalmente subscrito e integralizado é de **R$ 51.379.194,91 (cinquenta e um milhões, trezentos e setenta e nove mil, cento e noventa e quatro reais e noventa e um centavos)**, o qual se encontra dividido em 35 (trinta e cinco) ações nominativas e sem valor nominal, das quais 28 (vinte e oito) serão ações ordinárias e 7 (sete) ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal. **Art. 6º** - As ações preferenciais não gozam do direito de voto nas Assembleias Gerais, porém terão prioridade no recebimento dos dividendos, no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia, e terão o mesmo tratamento das ações ordinárias no recebimento de bonificações. **§1º** - A Companhia poderá emitir títulos múltiplos representativos das ações. **§2º** - As ações e os títulos múltiplos que as representam, poderão ser desdobrados à vontade dos acionistas, ficando por conta destes, as despesas decorrentes da substituição, pelo seu valor de custo. **§3º** - Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **§4º** - As ações são indivisíveis em relação à Companhia e conterão, assim como os títulos múltiplos que as representam. **Capítulo III - Assembleia Geral: Art. 7º** - A Assembleia Geral da Companhia, realizar-se-á ordinariamente dentro dos primeiros quatro meses que se seguirem ao encerramento do Exercício Social e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, na forma da Lei. **Parágrafo Único** - A AGO realizar-se-á para tomar as Contas da Administração, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido do Exercício e a distribuição de dividendos, bem como para, quando for o caso, eleger a Diretoria e fixar a verba global destinada à remuneração dos Diretores eleitos, observando os preceitos legais e estatutários. **Art. 8º** - A Assembleia Geral será instalada e presidida por pessoa natural eleita pela maioria das ações ordinárias, que convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos. **Art. 9º** - Somente poderão tomar parte em Assembleia Geral, os titulares cujas ações estiverem registradas em seus nomes, no Livro próprio, até três (3) dias antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral. **Parágrafo Único** - O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído a menos de 1 ano desde que seja o referido procurador, acionista, administrador da Companhia ou advogado, e cuja procuração seja depositada na sede da Companhia, antes da data de início da Assembléia Geral. **Capítulo IV - Administração: Art. 10º** - A companhia será administrada por uma Diretoria composta por até 3 (três) diretores, acionistas ou não, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Corporativo Administrativo e um Diretor Comercial, todos residentes e domiciliados no País. **Artigo 11º** - Os membros da Diretoria serão eleitos para um mandato de 2 (dois) anos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral da Companhia. **Parágrafo Único** - Em caso de ausência temporária, morte ou incapacidade do Diretor Presidente, este será substituído pelo Diretor Corporativo Administrativo, até que a Assembleia Geral eleja outro Diretor Presidente para substituí-lo ou até que o diretor temporariamente ausente ou incapacitado retorne ao exercício de suas funções. No caso de morte ou incapacidade permanente, outro diretor deverá ser eleito pela Assembleia Geral, em 10 (dez) dias, contados da data do evento. **Art. 12º** - Observado o §3º deste art. 12°, a Diretoria, por meio da assinatura conjunta de dois Diretores, fica investida dos mais amplos e gerais poderes para: movimentação de contas bancárias em geral, podendo sacar, emitir, endossar cheques e aceitar quaisquer títulos a ordem, contratar empréstimos com quaisquer entidades financeiras, públicas ou privadas, assinar notas promissórias, ordens, recibos, ou outros documentos destinados à utilização dos créditos abertos e à plena movimentação das respectivas contas bancárias, bem como constituir procuradores que representem a Companhia, especificando no instrumento respectivo, os atos que poderão praticar, os quais são restritos, idênticos e circunscritos aos poderes que lhe são conferidos por este Estatuto, ressalvando-se os casos de outorga de poderes especiais e não constantes do enunciado neste Artigo, e, que também obedecerão o determinado no § 3° adiante e em qualquer caso especificarão o prazo legal de validade do mesmo. Os mandatos para fins judiciais serão por prazo indeterminado. **§ 1º** - A companhia no seu setor de Engenharia terá responsáveis técnicos, sendo tais funções exercidas por Engenheiros habilitados para o pleno exercício da profissão no País, e no gozo de seus direitos perante os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, de acordo com a Lei, os quais exercerão essas funções técnicas e com os mais amplos e gerais poderes. **§ 2º** - Qualquer dos Diretores eleitos poderá efetuar isoladamente o levantamento de cauções, o recebimento de qualquer quantia junto a entidades públicas, autarquias, paraestatais, de economia mista e particulares, dando a devida quitação, bem como assinar propostas e contratos de obras em geral, seus termos aditivos ou modificados. **§ 3°** - Compete ao Diretor Presidente, conjuntamente com um dos Diretores eleitos praticar os seguintes atos: compra, venda, alienação ou oneração de quaisquer bens, imóveis, participações societárias, ações e quotas de capital de empresas coligadas, ou não, tanto no País como no Exterior mediante hipoteca, alienação fiduciária ou penhor de qualquer natureza e os procedimentos visando a participação ou constituição de outras Sociedades em qualquer parte do Território Nacional ou no Exterior e em qualquer modalidade de Comércio, Indústria ou Empreendimento que atenda aos interesses sociais e os preceitos legais vigentes na localidade de sede, matriz ou filial onde esteja instalada ou que venha a instalar-se. **§ 4°** - Compete ao Diretor Comercial o desempenho de atividades e a representação da Companhia perante terceiros no exterior, exceto nas hipóteses previstas no Art. 3º e no § 3º do Art. 12ª acima, nas quais deverão ser observados os termos e condições descritos nos respectivos dispositivos. **Art. 13º** - Os Diretores eleitos serão investidos nos seus cargos, mediante assinatura no termo de posse, lavrado em Livro próprio da Companhia, de acordo com a Lei. **Capítulo V - Conselho Fiscal: Art. 14 º** - O Conselho Fiscal da Companhia, só terá funcionamento nos exercícios em que for instalado a pedido de acionistas, na forma do parágrafo único abaixo, sendo composto de três (3) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no País nas condições e com as atribuições previstas em Lei. **Parágrafo Único** - A Eleição e fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, será levada a efeito pela Assembleia Geral, somente a pedido de acionistas, obedecendo às condições estabelecidas pela Lei 6.404/76, sendo que cada período de seu funcionamento terminará na primeira AGO, após a sua instalação. **Capítulo VI - Exercício Social: Art. 15º** - O exercício social coincidirá com o ano civil, terminando a 31 de dezembro de cada ano. **Art. 16º** - Ao final de cada exercício social, a Diretoria fará encerrar o balanço geral patrimonial e elaborar as demonstrações financeiras da Companhia, que serão submetidas à deliberação da AGO, juntamente com a proposta da administração de destinação de saldo do lucro líquido do exercício. **Art. 17º** - Do lucro líquido do exercício, definido no artigo 191 da Lei n° 6.404/76, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas do capital de que trata o parágrafo 1°, do artigo 182, da Lei n° 6.404/76, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social. **Art. 18º** - Com o objetivo de compensar eventual diminuição do lucro, em consequência de perda provável em período futuro, a Assembleia Geral poderá, por proposta da Diretoria, constituir reservas nos termos do artigo 195 e seus parágrafos da Lei nº 6.404/76, e, bem assim, constituir reserva de que trata o artigo 197 da mesma lei. **Art. 19º** - Do saldo restante dos lucros, feitas as deduções e destinações referidas nos artigos antecedentes, será distribuído aos acionistas um dividendo obrigatório não inferior a 25% (vinte e cinco por cento), observado o disposto nos artigos 201 e 202, da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pagável no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua declaração, ressalvada a hipótese de deliberação em contrário da Assembleia Geral, caso em que o pagamento deverá ser efetuado dentro do exercício em que for declarado. **Parágrafo Único** - Não havendo oposição de qualquer acionista presente à Assembleia Geral, pode esta deliberar a distribuição de dividendos inferiores ao previsto neste artigo, bem como a retenção de todo o lucro (artigo 202, Parágrafo 3° da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976). **Art. 20º** - A Assembleia Geral, salvo deliberação em contrário da maioria das ações ordinárias da Companhia, destinará integralmente o saldo dos lucros remanescentes para a Reserva para Reforço de Capital de Giro e Fluxo de Caixa de que trata o §1° abaixo, a qual terá por limite máximo o montante do capital social, na forma do artigo 199 da Lei 6.404/76. **§ 1°** - A Reserva para Reforço de Capital de Giro e Fluxo de Caixa tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia condizente com a manutenção de capital de giro e fluxo de caixa para realização das atividades relacionadas ao seu objeto social. **§ 2°** - Quando a Reserva para Reforço de Capital de Giro e Fluxo de Caixa atingir seu limite máximo, ou quando a Assembleia Geral entender que o saldo da reserva excede o necessário para cumprir sua finalidade, a Assembleia Geral poderá determinar a sua capitalização total ou parcial ou a distribuição de dividendos, na forma do artigo 199 da Lei n° 6.404/76. **Art. 21º** - Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contado da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão em benefício da Companhia. **Art. 22º** - A Diretoria poderá, no curso do exercício fiscal, levantar balanços intermediários, bem como declarar o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros apurados nesses balanços ou de reservas de lucros existentes." **Capítulo VII - Liquidação: Art. 23º** - A companhia entrará em liquidação nos casos previstos em Lei, cabendo à Assembleia Geral declarar e estabelecer o modo da liquidação, escolher o liquidante e fixar a sua remuneração. **Capítulo VIII - Disposições Transitórias: Art. 24º** - Os casos omissos no presente Estatuto serão regidos pela legislação vigente e demais dispositivos aplicáveis.

PENITENCIÁRIA FEMININA SANT'ANA

Encontra-se aberto na Penitenciária Feminina Sant'Ana, o PREGÃO (ELETRÔNICO) tipo Menor Preço nº 90024/2024 - Processo nº 006.00301411/2024-36, para **aquisição de equipamentos para a cozinha geral,** à realizar-se em **27/09/2024 às 08:00 horas**, na Diretoria do Núcleo de Finanças e Suprimentos da Penitenciária Feminina Sant'Ana, sito na Avenida General Ataliba Leonel, 656 - Carandiru - CEP: 02088-900 - São Paulo/SP e com início para envio da Proposta Eletrônica em 12/09/2024 no endereço eletrônico www.compras.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, torna público, por determinação do Senhor Prefeito, o Sr. DILADOR BORGES DAMASCENO, para conhecimento das empresas interessadas, observada a necessária qualificação, que está promovendo, a seguinte licitação de MENOR PREÇO GLOBAL na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA:

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 026/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.035/2024 - PROCESSO DIGITAL Nº 13.532/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DESTINADOS A INFRAESTRUTURA URBANA DE ÁGUAS PLUVIAIS COM RECOMPOSIÇÃO ASFÁLTICA - RUA DOS BURITIS DO BAIRRO PARQUE INDUSTRIAL II.

Valor estimado: R$ 673.251,56 (seiscentos e setenta e três mil duzentos e cinqüenta e um reais e cinqüenta e seis centavos).

Origem dos Recursos: Contrato de Financiamento para Investimentos Municipais - LIM - Número 26107v - Desenvolve SP.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Do dia 19/09/2024 até as 08h30min do dia 03/10/2024.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08h31min do dia 03/10/2024.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA POR LANCES: Às 09h00min do dia 03/10/2024.

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL: www.bll.org.br/ "Acesso Identificado no link - licitações".

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

O Edital será disponibilizado gratuitamente através dos sites:

www.aracatuba.sp.gov.br e www.bll.org.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC

Araçatuba, 19 de setembro de 2024.

ANA CAROLINA DOS REIS - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

CNPJ 08.873.873/0001-10 - NIRE 35.300.366.166

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DATA, HORÁRIO E LOCAL: Em 29/08/2024 às 11h30, na sede social da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5, 1º e 2º andares, Bairro Alvarenga, São Bernardo do Campo/SP. **PRESENÇA**: Participação da totalidade dos conselheiros efetivos, por meio de videoconferência. **MESA**: Presidente: Marcello Guidotti. Secretário: Rodrigo José de Pontes Seabra Monteiro Salles. **ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre o pagamento ao acionista de **(i)** dividendos relativos ao exercício social de 2023; e **(ii)** dividendos relativos ao exercício social a ser encerrado em 31/12/2024. **DELIBERAÇÕES**: Por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, o Conselho de Administração aprovou: **(i)**: o pagamento de dividendos ao acionista, no valor de R$ 4.211.582,90 ou seja, R$ 0,001996583 por ação ordinária integrante do capital social integralizado da Companhia, relativos ao exercício social de 2023, com base em demonstrações financeiras levantadas em 31/12/2023, auditadas e aprovadas em AGO da Companhia realizada em 16/04/2024, às 18h30. **(ii)**: o pagamento de dividendos ao acionista, *ad referendum* da AGO da Companhia que apreciará as demonstrações financeiras de exercício social a ser encerrado em 31/12/2024 ("AGO 2025"), no valor de R$ 31.788.417,10 ou seja, R$ 0,015069917 por ação ordinária integrante do capital social integralizado da Companhia, relativos ao exercício de 2024, com base em balancete levantado em 31/07/2024, não auditado e não aprovado em AGO. O pagamento dos dividendos será realizado a partir desta data, cabendo à Companhia informar os valores e datas das liberações. Fica a diretoria da Companhia autorizada a praticar todo e qualquer ato para a formalização do ora deliberado. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada pelos conselheiros. São Bernardo do Campo, 29/08/2024. Conselheiros: Marcello Guidotti, Rodrigo José de Pontes Seabra Monteiro Salles e Roberto Borges Paiva. Rodrigo José de Pontes Seabra Monteiro Salles - **Secretário**. JUCESP nº 341.176/24-2 em 16/09/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO - FERNANDÓPOLIS

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2024

PROCESSO nº 015.00480299/2024-81 – UASG 080306

ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE KIT LANCHES. Torna-se público que a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, por meio da Diretoria de Ensino Região de Fernandópolis, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei 14.133/2021, de acordo com as condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos. O objeto da presente licitação é a aquisição de kit lanches. A realização da sessão será na data de 01/10/2024, às 9h, através do Sistema de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras onde os interessados poderão verificar o Edital na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IPEÚNA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 29/2024 – Objeto: Registro de Preços para a aquisição de livros de literatura infantil e infantojuvenil, para os estudantes da educação básica matriculados na rede pública municipal de Ipeúna/SP, para o período de 1(um) ano. Recebimento das Propostas por meio eletrônico: a partir do dia 19/09/2024 às 08h00; Abertura das propostas por meio eletrônico: às 08h10 do dia 02/10/2024; Início da sessão de disputa de preços: às 08h30 do dia 02/10/2024. O edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura, na página http://transparencia.ipeuna.sp.gov.br/Compras-033 (Portal da Transparência - Lei de Acesso à Informação) e no site www.bll.org.br. Informações pelo telefone (19) 3576-9007 ou e-mail licitacao@ipeuna.sp.gov.br. Ipeúna, 17/09/2024. Diego Heron Pinheiro – Prefeito Municipal.

Agropecuária Jubran S.A.

CNPJ nº 45.165.594/0001-29 - NIRE 35.300.094.841

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os acionistas da sociedade convidados, em primeira convocação, a se reunirem em **Assembleia Geral Extraordinária,** que será realizada no dia **24 de setembro de 2024,** às **10:00h,** em sua sede social, na Rua Groenlândia, nº 1.611, sala 8, na Capital do Estado de São Paulo, para deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: (i) proposta de aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização de recursos existentes em reserva de lucros, sem a emissão de novas ações, conforme facultado pelo artigo 169, § 1º da Lei das S.A., conforme alterada, com a consequente alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social; (ii) proposta de reformulação do artigo 22, par. 5º., alínea b) do estatuto social; e (iii) proposta de distribuição, a título de dividendos, de parte das reservas de lucros, conforme recomendação da Diretoria, disponível na sede da Companhia.

São Paulo, 16 de setembro de 2024

Atenciosamente,

Solange Rapp Jubran

Diretora Presidente

ABANDONO DE EMPREGO

"A senhora VALERIA DE ALMEIDA ROCHA portador da CTPS: 3412048/04882/SP tendo V. Sª deixado de comparecer ao trabalho desde o dia 12/08/2024 sem apresentar qualquer justificativa, vimos pela presente cientificá-lo, nos termos do disposto no artigo 482, letra I, da CLT, que lhe fica consignado o prazo de 02 dias, a contar da publicação deste, para que reinicie suas atividades ou justifique, devidamente, no mesmo prazo, o motivo que impede seu comparecimento. Caso contrário, consideraremos sua atitude como ato de renúncia do cargo, ficando V.Sª demitido por abandono do emprego, na forma do dispositivo citado na Consolidação das Leis de Trabalho."

LUME SERVIÇOS E ENGENHARIA LTDA

Rua Capitão Jose Invocêncio Taques Alvim, 109 – Santo Amaro - São Paulo/SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO

Estado de São Paulo

Edital de Pregão Eletrônico Prefeitura Municipal de Vinhedo n.º 85/2024 - Processo Administrativo n.º 5404/2024 - Endereço Eletrônico: https://licitavinhedo.presconinformatica.com.br - Encontra-se aberta na Prefeitura Municipal de Vinhedo, licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para **"REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO, CONFORME EDITAL E ANEXOS"**. O início do recebimento de propostas eletrônicas será do dia 18 de setembro de 2024 até o momento anterior ao início da sessão pública. A sessão pública será realizada no endereço eletrônico https://licitavinhedo.presconinformatica.com.br, dia 1º de outubro de 2024 a partir das 09:00 horas. O Edital na íntegra poderá ser obtido no sítio acima mencionado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

PUBLICIDADE DOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO

*****AVISO DE LICITAÇÃO*****

Encontram-se abertos no Depto. de Licitações e Contratos, sito na Av. N. Sra. Do Bom Sucesso, nº 144, Bairro Alto do Cardoso:

CHAMAMENTO PÚBLICO 12/2024 (PMP 14765/2024)

Para "Seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do município de Pindamonhangaba/SP" com inscrições abertas de 23/09/2024 até dia 23/10/2024 disponíveis no endereço eletrônico da Prefeitura de Pindamonhangaba https://pindamonhangaba.sp.gov.br/smiic-cadastro-municipal-decultura e Portal da Transparência.

CHAMAMENTO PÚBLICO 13/2024 (PMP 12802/2024)

Para "Seleção para startups1 ocuparem os espaços do Coworking Hub de Inovação Bosque da Princesa, em conformidade com as condições previstas neste documento, para compartilhamento de experiências, de conhecimento técnico, sobre o ciclo de vida das startups, suas necessidades e formas de apoio, no sentido de incentivar de forma estruturada o empreendedorismo inovador da Região Nordeste e fomentar a cultura da inovação", inscrição da proposta deverá ser efetuada através de formulário específico disponível no https://pindamonhangaba.1doc.com.br/atendimento (CHAMAMENTO 13/2024 Seleção de Startups e projetos inovadores).

CHAMAMENTO PÚBLICO 15/2024 (PMP 14770/2024)

Para "Concessão de bolsas de pesquisa destinadas a agentes culturais pessoas jurídicas que tenham interesse em realizar pesquisas nas áreas descritas no Anexo I deste edital" com inscrições abertas de 23/09/2024 até dia 23/10/2024 disponíveis no endereço eletrônico da Prefeitura de Pindamonhangaba https://pindamonhangaba.sp.gov.br/smiic-cadastro-municipal-de-cultura e Portal da Transparência.

PREGÃO ELETRÔNICO 068/2024 (PMP 6171/2024)

Para "Aquisição de 03 veículos tipo 'pick up' (caminhonete) 4x4, diesel, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Segurança Pública" com recebimento das propostas até dia 03/10/2024 às 07h59 e início da sessão às 08h00.

Todos os editais estarão disponíveis no site www.pindamonhangaba.sp.gov.br (e também https://licitar.digital/ para pregões eletrônicos). Maiores informações no endereço acima das 8h às 17h ou através do tel.: (12) 3644-5600.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - Acha-se aberto o seguinte certame licitatório na Prefeitura do Município de Bragança Paulista: PREGÃO ELETRÔNICO N. º 074/2024 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE COMPOSTO ORGÂNICO, PARA ATENDER ÀS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA PAULISTA – SP. DATA DE ABERTURA: 03 de outubro de 2024 – às 09:30h. O edital e seus anexos estarão disponíveis no site www.braganca.sp.gov.br, e na plataforma www.novobbmnet.com.br, podendo o interessado retirar também no Balcão da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado, à Avenida Antônio Pires Pimentel, nº 2015, Centro, em dias úteis das 09h00 às 16h00, devendo apresentar mídia para específica para gravação (CD-DVD ou PENDRIVE). Bragança Paulista, 17 de setembro de 2024. STEFANIA PENTEADO CORRADINI RELA - Secretária Municipal de Administração em Exercício.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IPEÚNA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 25/2024 – Objeto: Aquisição, por fornecimento parcelado de fórmulas manipuladas destinadas ao Setor Municipal de Saúde de Ipeúna/SP, através do Sistema de Registro de Preços, durante o período de 12 meses. Recebimento das Propostas por meio eletrônico: a partir do dia 19/09/2024 às 08h00; Abertura das propostas por meio eletrônico: às 08h10 do dia 03/10/2024; Início da sessão de disputa de preços: às 09h00 do dia 03/10/2024. O edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura, na página http://transparencia.ipeuna.sp.gov.br/Compras-033 (Portal da Transparência - Lei de Acesso à Informação) e no site www.bll.org.br. Informações pelo telefone (19) 3576-9007 ou e-mail licitacao@ipeuna.sp.gov.br. Ipeúna, 17/09/2024. Diego Heron Pinheiro – Prefeito Municipal.

AVISO DE ABERTURA

Encontra-se aberta na **Penitenciária I de Capela do Alto**, localizada na Rodovia Raposo Tavares, km 134,1 – Bairro Capanema – Capela do Alto, **PREGÃO ELETRÔNICO número 90012/2024, Processo SEI n° 006.00332852/2024-80**, do tipo MENOR PREÇO, disputa aberta, destinado a Aquisição de Gêneros Alimentícios HORTIFRUTIGRANJEIROS para o período de outubro a dezembro de 2024. A realização da sessão pública será na data 30/09/2024, às 09h00, através do endereço eletrônico: www.comprasnet.gov.br. O Edital estará disponível em sua integra para leitura e impressão no correio eletrônico: www.gov.br/pncp, seção CONTRATAÇÕES > EDITAIS E AVISOS DE CONTRATAÇÕES, podendo ainda ser consultado junto ao Núcleo de Finanças e Suprimentos da Penitenciária I de Capela do Alto.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO- SAA

COMUNICADO - CENTRO DE GESTÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo SAA nº 007.00037551/2024-17 - Pregão Eletrônico COADM n.º 90014/2024

A Coordenadoria de Administração comunica que se encontra aberta na Secretaria de Agricultura e Abastecimento- SAA, o **Pregão Eletrônico COADM n.º 90014/2024**, para contratação futura de empresa especializada na prestação de serviços de organização e infraestrutura para eventos, sob demanda da Secretaria de Agricultura e Abastecimento - SAA e demais órgãos participantes, do tipo **MENOR PREÇO**. A realização da sessão será na data **03/10/2024**, horário 10h00 no site: www.gov.br/compras. Informações par aquisição/consulta do edital pelo e-mail: crprecos@sp.gov.br.

PENITENCIÁRIA FEMININA SANT'ANA

Encontra-se aberto na Penitenciária Feminina Sant'Ana, o PREGÃO (ELETRÔNICO) tipo **Menor Preço nº 90019/2024 - Processo nº 006.00308169/2024-21**, para aquisição de Gêneros Alimentícios (ESTOCÁVEIS) in natura, com entrega parcelada, para uso no preparo das refeições das reeducandas e funcionários desta Penitenciária Feminina Sant'Ana e do Centro de Detenção Provisória Chácara Belém II, período setembro a outubro de 2024, à realizar-se em **30/09/2024 às 08:00 horas**, na Diretoria do Núcleo de Finanças e Suprimentos da Penitenciária Feminina Sant'Ana, sito na Avenida General Ataliba Leonel, 656 - Carandiru - CEP: 02088-900 - São Paulo/SP e com inicio para envio da Proposta Eletrônica em 18/09/2024 no endereço eletrônico www.compras.gov.br.

PENITENCIÁRIA FEMININA SANT'ANA

Encontra-se aberto na Penitenciária Feminina Sant'Ana, o PREGÃO (ELETRÔNICO) tipo **Menor Preço nº 90023/2024 - Processo nº 006.00246228/2024-61**, para aquisição de material para confecção de cama metalon, à realizar-se em **01/10/2024 às 08:30 horas**, na Diretoria do Núcleo de Finanças e Suprimentos da Penitenciária Feminina Sant'Ana, sito na Avenida General Ataliba Leonel, 656 - Carandiru - CEP: 02088-900 - São Paulo/SP e com inicio para envio da Proposta Eletrônica em 13/09/2024 no endereço eletrônico www.compras.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINLÂNDIA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO NB: 014/2024

Processo Adm: NB: 071/2024.

Objeto: REGISTRO DE PREC OS DESTINADO COM AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS MANIPULADOS, CONSTANTES DA GRADE DE MEDICAMENTOS b ANEXO Ib, PARA UTILIZAÇÃO NO CENTRO DE SAC DE DO MUNICIPIO DE ALVINLÂNDIA, PELO PERIODO DE 12 MESES. Empresas vencedoras valor total: R$ 52.657,16 (cinquenta e dois mil e seiscentos e cinquenta e sete reais e dezesseis centavos): SUBSTÂNCIA FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO E HOMEOPATIA LTDA (06039829000184) com os lotes: 1, 2, 4, 5, 6, 12, 14, 15, 22, 24, 27, 30, 31, 33, 34, 35, 42, 45, 49, 51, 52, 53, 55, 61, 64, 65, 67, 68, 69, 74, 79, 84, 87, 99, 105, 117, 120, 131, 132, 133, 134 no valor total de R$ 19.271,01 (dezenove mil e duzentos e setenta e um reais e um centavo). RADUAN E FRONTERA LTDA EPP (03706759000182) com os lotes: 3, 7, 10, 11, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 26, 28, 29, 32, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 47, 48, 50, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 66, 70, 71, 72, 73, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 135 no valor total de R$ 33.386,15 (trinta e três mil e trezentos e oitenta e seis reais e quinze centavos). A autoridade municipal do C3rgC#o MUNICIPIO DE ALVINLÂNDIA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) decreto municipal 3207/2023, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado. ALVINLÂNDIA (SP), segunda-feira, 16 de setembro de 2024. ABIGAIL CATELI DIAS - AUTORIDADE COMPETENTE.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO NB: 014/2024

Processo Adm: NB: 071/2024

Objeto: REGISTRO DE PREC OS DESTINADO À AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS MANIPULADOS, CONSTANTES DA GRADE DE MEDICAMENTOS b ANEXO Ib, PARA UTILIZAÇÃO NO CENTRO DE SAC DO MUNICÍPIO DE ALVINLÂNDIA, PELO PERIODO DE 12 MESES. Empresas vencedoras valor total: R$ 52.657,16 (cinquenta e dois mil e seiscentos e cinquenta e sete reais e dezesseis centavos): SUBSTÂNCIA FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO E HOMEOPATIA LTDA (06039829000184) com os lotes: 1, 2, 4, 5, 6, 12, 14, 15, 22, 24, 27, 30, 31, 33, 34, 35, 42, 45, 49, 51, 52, 53, 55, 61, 64, 65, 67, 68, 69, 74, 79, 84, 87, 99, 105, 117, 120, 131, 132, 133, 134 no valor total de R$ 19.271,01 (dezenove mil e duzentos e setenta e um reais e um centavo). RADUAN E FRONTERA LTDA EPP (03706759000182) com os lotes: 3, 7, 10, 11, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 26, 28, 29, 32, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 47, 48, 50, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 66, 70, 71, 72, 73, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 135 no valor total de R$ 33.386,15 (trinta e três mil e trezentos e oitenta e seis reais e quinze centavos). ALVINLÂNDIA (SP), segunda-feira, 16 de setembro de 2024. ABIGAIL CATELI DIAS - AUTORIDADE DE PROMOTOR.

ENGRECON — Engrecon S.A.

CNPJ/MF nº 60.554.219/0001-64.

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de dezembro 2023 e 2022 (Em reais)

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante		**51.254.354**	**56.892.809**
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	9.320.915	575.805
Contas a Receber	5	20.163.851	29.230.145
Estoques	6	13.089.960	16.809.952
Impostos a Compensar		2.439.758	3.044.223
Adiantamentos		1.792.347	2.193.294
Projetos - Ativo		3.214.565	2.440.743
Instrumentos Financeiros Derivativos - NDF Ativo	11	1.214.683	2.559.422
Outras Contas a Receber		18.275	39.225
Não Circulante		**45.994.837**	**49.281.311**
Impostos a Compensar		952.728	1.754.697
Partes Relacionadas		530.637	193.746
Depósitos Judiciais	3-g	2.616.965	2.589.819
Investimentos		0	39.320
Imobilizado	8	41.894.507	44.703.729
Total do Ativo		**97.249.191**	**106.174.120**

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante		**48.161.583**	**38.670.508**
Fornecedores	9	2.642.320	6.293.881
Empréstimos e Financiamentos	10	11.492.957	10.869.483
Obrigações Tributárias		467.328	1.735.216
Parcelamentos	12	388.833	345.039
Obrigações Trabalhistas	13	1.819.884	2.610.277
Dividendos e Juros sobre o Capital a Pagar	14	24.497.605	10.325.856
Projetos - Passivo		2.983.593	2.493.118
Adiantamentos de Clientes		2.040.619	678.900
Instrumentos Financeiros Derivativos - NDF Passivo	11	1.807.827	3.278.640
Outras Obrigações		20.617	40.098
Não Circulante		**18.447.734**	**18.467.475**
Empréstimos e Financiamentos	10	7.437.626	7.143.779
Parcelamentos	12	1.658.889	1.852.666
Obrig.c/ Partes Relacionadas	7	426.878	391.596
Provisão p/ Demandas Judiciais	15	136.181	69.500
IR e CS Diferidos	20-b	8.788.160	9.009.934
Patrimônio Líquido		**30.639.874**	**49.036.137**
Capital Social	16	6.600.000	6.600.000
Ajustes de Avaliação Patrim.	20-b	17.059.369	17.489.871
Reservas de Incentivos Fiscais		3.955	3.955
Reserva Legal		1.320.000	1.320.000
Reservas de Lucros		5.656.550	23.622.311
Total do Passivo e Patrim. Líq.		**97.249.191**	**106.174.120**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de Incentivos Fiscais	Reserva de Lucros	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021	**6.600.000**	**17.920.372**	**3.955**	**7.315.990**	**1.320.000**	**8.959.251**	**42.119.568**
Lucro do Exercício	-	-	-	-	-	16.340.585	16.340.585
Dividendos propostos	-	-	-	(6.562.945)	-		(6.562.945)
Destinação para Reserva de Lucros	-	-	-	25.730.337	-	(25.730.337)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(2.861.070)	-	-	(2.861.070)
Realização da mais valia dos Imóveis	-	(430.501)	-	-	-	430.501	-
Saldos em 31/12/2022	**6.600.000**	**17.489.871**	**3.955**	**23.622.312**	**1.320.000**	**-**	**49.036.138**
Lucro do Exercício	-	-	-	-	-	8.445.886	8.445.886
Dividendos propostos	-	-	-	(23.769.525)	-	-	(23.769.525)
Destinação para Reserva de Lucros	-	-	-	8.445.886	-	(8.445.886)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(3.072.625)	-	-	(3.072.625)
Realização da mais valia dos Imóveis	-	(430.502)	-	430.502	-	-	-
Saldos em 31/12/2023	**6.600.000**	**17.059.369**	**3.955**	**5.656.550**	**1.320.000**	**-**	**30.639.874**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2023	2022
Lucro (Prej.) Líquido do Exercício	**8.445.886**	**16.340.585**
Ajustes:		
Depreciação e Amortização	3.607.430	3.426.297
Constituição de Provisão para demandas judiciais	66.681	-
Perdas de Crédito Esperadas	-	(212.620)
Resultado na Baixa de Imobilizado	97.797	-
Redução ao Valor Recuperável - Estoques	746.597	92.892
Redução ao Valor Recuperável - Investimentos	39.320	(664.320)
Lucro (Prejuízo) do Exercício Ajustado	**13.003.711**	**18.982.834**
(Aumento) e Redução do Ativo		
Contas a Receber	9.066.294	(15.701.321)
Estoques	2.973.395	(1.116.073)
Impostos a Compensar	1.406.434	(2.250.801)
Adiantamentos	400.947	(583.627)
Projetos - Ativo	(773.822)	(1.687.819)
Outras Contas a Receber	20.951	584.671
Instrumentos Financeiros Derivativos - NDF Ativo	1.344.739	(2.559.422)
Depósitos Judiciais	(27.146)	(18.881)
Aumento e (Redução) do Passivo		
Fornecedores	(3.651.561)	(2.183.295)
Obrigações Tributárias	(1.489.662)	330.909
Parcelamentos	(149.983)	62.192
Obrigações Trabalhistas	(790.393)	602.808
Projetos - Passivo	490.475	1.843.458
Adiantamentos de Clientes	1.361.719	263.697
Instrumentos Financeiros Derivativos - NDF Passivo	(1.470.813)	3.278.640
Partes Relacionadas	(301.609)	32.033
Outras Obrigações	(19.481)	40.098
Caixa gerado (consumido) nas atividades operacs.	**21.394.195**	**(79.899)**
Atividades de Investimento		
Aquisições de Imobilizado	(896.005)	(8.206.631)
Baixas de Imobilizado		
Caixa consumido nas atividades de investimento	**(896.005)**	**(8.206.631)**
Atividades de Financiamento		
Empréstimos Contraídos – Instituições Financeiras	917.321	8.907.689
Distribuição de Lucros	(12.670.401)	(1.402.217)
Caixa consumido nas atividades de financiamento	**(11.753.080)**	**7.505.472**
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**8.745.110**	**(781.058)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	575.805	1.356.863
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício	**9.320.915**	**575.805**

Demonstração do Resultado

	Nota	2023	2022
Receita Líquida	17	**91.588.955**	**113.217.064**
Custo dos Serviços e Produtos Vendidos		(66.861.736)	(81.354.936)
Lucro Bruto		**24.727.219**	**31.862.128**
Receitas e (Despesas) Operacionais			
Com Vendas		(1.590.601)	(1.199.524)
Administrativas e Gerais	18	(9.534.241)	(8.942.409)
Outras Receitas e Despesas Operacionais.		2.140.564	3.043.585
		(8.984.278)	**(7.098.348)**
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro		**15.742.941**	**24.763.780**
Receitas Financeiras		362.511	499.748
Despesas Financeiras		(4.357.350)	(3.176.463)
Resultado Financeiro Líquido	19	**(3.994.839)**	**(2.676.715)**
Lucro Antes dos Impostos		**11.748.102**	**22.087.065**
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	20-a	(3.302.216)	(5.746.481)
Lucro Líquido do Exercício		**8.445.886**	**16.340.584**

Márcia Quintão Nadalini Gonçalves - Diretora Presidente

Alfredo Izar - Contador CRC: 1SP153324/O-7

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

SUSPENSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/24

O Município de São João da Boa Vista comunica a todos os interessados a SUSPENSÃO "SINE DIE" do processo administrativo licitatório supra. Oportunamente será divulgada nova data para reabertura da licitação em epígrafe. São João da Boa Vista, 17 de setembro de 2024.

CONTEXTO JURÍDICO

EDIÇÃO NACIONAL

Casal consegue na Justiça direito de registrar filho com nome de faraó egípcio

O casal de coreógrafos Danillo Prímola e Catarina Prímola, de Belo Horizonte, teve de entrar na Justiça para conseguir registrar o primeiro filho com o nome que escolheu, Piiê. O bebê nasceu em 31 de agosto, às 13h06, na maternidade da Unimed Grajaú, região oeste da capital mineira, mas só pode ser registrado na última quinta-feira, dia 12.

Danillo Prímola contou que foi ao cartório do 2º Subdistrito no centro de Belo Horizonte, onde teve o pedido de registro barrado "O nome faz alusão a um faraó egípcio, mas disseram que eu não podia registrá-lo com esse nome, pois a grafia e pronúncia são parecidas com a de um passo do ballet, o pliê. Eles, então, pediram para eu fazer uma justificativa sobre a escrita, se seria com dois ii ou y. Entreguei no mesmo momento, mas, ainda assim, não consegui concluir o registro."

Piiê ou Piye foi o segundo faraó da XXV dinastia egípcia, de origem cuxita. Foi também o terceiro rei da dinastia napatana do Reino de Cuxe, sucedendo seu pai Cáchita. Cuxe é uma região da Núbia que hoje corresponde ao norte do Sudão, aproximadamente entre os anos 753 e 723 a.C.

Danillo conta que tentou o registro em outro cartório da cidade, mas também sem sucesso. "O primeiro cartório que fui enviou a solicitação para a juíza, que respondeu confirmando a não possibilidade do registro, justificando a confusão que o nome poderia gerar ao passo do ballet".

STF anula regra que permitia a deputados estaduais de RO se afastar por tempo indeterminado

O Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou regra da Constituição de Rondônia que permitia aos deputados estaduais se afastarem por tempo indeterminado para tratar de interesse particular sem perder o mandato. A decisão foi tomada na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7256, apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Em voto seguido por unanimidade, o ministro Edson Fachin, relator, explicou que o artigo 56 da Constituição Federal, ao tratar dos parlamentares do Congresso Nacional, prevê a perda do mandato se a licença para tratar de interesse privado for superior a 120 dias. Além disso, determina que as regras sobre perda de mandato e licença se aplicam aos parlamentares estaduais. Portanto, o dispositivo da Constituição de Rondônia deve ser interpretado da mesma forma.

Efeitos - Por razões de segurança jurídica, a decisão só gerará efeitos a partir da data da publicação da ata da sessão de julgamento, de forma a preservar o mandato dos deputados que, durante a vigência da norma invalidada, se licenciaram por mais de 120 dias. A ADI 7256 foi julgada na sessão virtual encerrada em 6/9.

Interesse do legítimo proprietário precede o de terceiro de boa-fé que compra imóvel a partir de escritura falsa

O legítimo proprietário de um imóvel tem o direito de reivindicá-lo, em detrimento do terceiro adquirente de boa-fé, caso o registro na matrícula tenha sido cancelado por estar amparado em escritura pública inexistente.

Esse entendimento levou a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) a negar provimento ao recurso especial de uma empresa que, após adquirir um imóvel com base em escritura pública de compra e venda falsa, buscava ficar com o bem invocando a proteção conferida ao terceiro adquirente de boa-fé, prevista no artigo 54, parágrafo 1º, da Lei 13.097/2015.

"Essa norma, contudo, não regulamenta especificamente as consequências jurídicas na hipótese de ocorrer o cancelamento do registro anterior, situação tratada expressamente no artigo 1.247 do Código Civil (CC), que não foi revogado pela referida Lei 13.097/2015 e permanece vigente", destacou a relatora do caso, ministra Nancy Andrighi.

A discussão teve origem quando o espólio do legítimo proprietário ajuizou ação para provar que o imóvel nunca foi vendido ao réu e que a suposta escritura de compra e venda registrada anos mais tarde seria falsa. Posteriormente, o bem foi vendido a uma empresa, que reivindicou o direito de ficar com ele por ter adotado todas as cautelas necessárias ao comprá-lo.

As instâncias ordinárias declararam a inexistência da escritura pública, sendo nulas as operações de compra e venda. Aplicando o artigo 1.247, parágrafo único, do CC, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) afirmou que o cancelamento do registro de título aquisitivo dá ao proprietário o direito de reivindicação, independentemente da boa-fé e do título do terceiro adquirente.

Herdeiros de Tim Maia serão indenizados por uso indevido de músicas do artista em camisetas

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por unanimidade, confirmou indenização em favor dos herdeiros do cantor e compositor Tim Maia, morto em 1998, pelo uso indevido de letras de suas músicas em estampas de camisetas produzidas por uma empresa de vestuário.

O colegiado ampliou a condenação que já havia sido fixada pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) para que, além da indenização por danos morais de R$ 50 mil e do ressarcimento dos danos materiais equivalente à venda das camisetas, a família também receba o valor que teria sido cobrado caso a empresa pedisse autorização para usar a obra de Tim Maia.

Os valores das indenizações por danos materiais serão apurados em liquidação de sentença, limitados ao que foi pedido no processo (R$ 600 mil).

Emergência climática: STF flexibiliza normas para contratação de brigadistas e liberação de crédito extraordinário para combate a incêndios

(Foto: EBC)

Decisão do ministro Flávio Dino permite contratação imediata de brigadistas e retira crédito extra da meta fiscal estabelecida pela LRF.

Em razão da emergência climática, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino autorizou a abertura de crédito extraordinário ao governo federal a ser utilizado exclusivamente no combate aos incêndios florestais que assolam a Amazônia e o Pantanal e na contratação imediata de brigadistas. A exemplo das medidas emergenciais tomadas em socorro ao Estado do Rio Grande do Sul, vítima de enchentes em maio deste ano, esse crédito extraordinário deve ficar fora da meta fiscal do governo, estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O pedido deve ser encaminhado pelo governo federal, por medida provisória, para aprovação do Congresso Nacional. A efetiva aplicação das verbas será acompanhada pelo Judiciário.

Segundo Dino, a decisão é excepcional para assegurar o cumprimento das determinações do STF feitas no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 743. A excepcionalidade decorre dos impactos econômicos, fiscais, sociais e ambientais resultantes das queimadas e das secas nos biomas Pantanal e Amazônia. Na decisão, o ministro também permitiu a flexibilização de outras leis e normas para, ainda em caráter emergencial, eliminar barreiras que dificultam a atuação do governo federal no combate às queimadas.

Brigadistas - Ficam suspenso até o final de 2024 todos os prazos que exigem o mínimo de 90 dias para a recontratação de brigadistas para atuarem junto ao Ibama e ICMBio. A medida flexibiliza o prazo previsto na Lei 7.957/1989, alterado pela Medida Provisória 1.239/2024. Com isso, o governo pode recontratar imediatamente pessoal, de forma temporária, para serviço na prevenção, controle e combate de incêndios florestais. A quantidade de brigadistas e o local onde deverão atuar serão definidos pelo próprio governo, cabendo ao Judiciário o acompanhamento e a tomada de providências sobre eventuais omissões.

Funapol - A decisão determinou o uso de recursos contingenciados ou cancelados para o exercício de 2024 do Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal (Funapol) disponibilizados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento.

Comunicação - Por fim, o ministro Flávio Dino estabeleceu que quaisquer entraves à tramitação dos inquéritos policiais relacionados ao descumprimento de deveres funcionais de autoridades do Ministério Público ou do Judiciário devem ser comunicados a ele, para a tomada de providências junto aos órgãos competentes.

Barroso pede ao Judiciário seriedade no combate a queimadas criminosas

(Foto: EBC)

Barroso disse que tem informações técnicas que confirmam que todas as queimadas na Amazônia e no Pantanal são provocadas pela ação humana.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Luís Roberto Barroso, cobrou nesta segunda-feira (16) seriedade do Poder Judiciário no combate às queimadas criminosas no país.

Durante discurso na abertura da reunião do Observatório do Meio Ambiente e de Mudanças Climáticas do CNJ, Barroso disse que recebeu um telefonema do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que demonstrou preocupação com a impunidade de quem pratica queimadas dolosas.

"Faço um apelo ao Poder Judiciário, aos juízes brasileiros, que tratem esse crime com a seriedade que ele merece ser tratado", afirmou.

Barroso disse que tem informações técnicas que confirmam que todas as queimadas na Amazônia e no Pantanal são provocadas pela ação humana.

"Tem a ação criminosa deliberada, que é de tocar fogo na mata, e tem a ação criminosa de queima de lixo, que também tem servido para propagar essas queimadas que estão devastando o país", disse.

Domingo (15), o ministro Flávio Dino, do Supremo, autorizou o governo federal a emitir créditos extraordinários fora dos limites fiscais para o combate às queimadas. O ministro também já determinou medidas para o enfrentamento aos incêndios na Amazônia e no Pantanal, como contratação emergencial de brigadistas e ampliação do efetivo da Força Nacional.

Mercado Livre não é obrigado a excluir anúncios denunciados por violação dos termos de uso do site

Salvo as exceções previstas em lei, os provedores de aplicações de internet não têm a obrigação de excluir publicações feitas por terceiros em suas páginas, por violação dos termos de uso, ainda que haja requerimento extrajudicial.

Com esse entendimento, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) deu provimento a recurso do Mercado Livre para afastar uma multa aplicada pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), decorrente de ação ajuizada por um de seus usuários.

Segundo o processo, um anunciante de colchões encaminhou notificações extrajudiciais ao Mercado Livre, nas quais informou sobre a existência de anúncios de vendedores de colchões magnéticos sem certificação do Inmetro - o que, alegou, violaria os termos e as condições gerais de uso do site -, e requereu que fossem excluídos. O provedor não atendeu ao pedido, o que levou ao ajuizamento da ação.

Provedores de aplicações têm responsabilidade subjetiva por conteúdo de terceiros - Segundo a relatora no STJ, ministra Nancy Andrighi, o Marco Civil da Internet (MCI) estabeleceu que os sites intermediadores de comércio eletrônico se enquadram na categoria dos provedores de aplicações, os quais são responsáveis por disponibilizar na rede as informações criadas ou desenvolvidas pelos provedores de informação. A ministra lembrou que a publicação de anúncios em plataforma de comércio eletrônico é regida pelos seus termos de uso, que são uma modalidade de contrato de adesão, definidos unilateralmente pelo provedor e apresentados indiscriminadamente a todos os usuários.

Os termos de uso são utilizados, explicou, para estabelecer as práticas aceitáveis no uso dos serviços, bem como as condutas vedadas. Nancy Andrighi observou que a maior parte das plataformas se reserva o direito de remover e proibir certos conteúdos, e dispõe de mecanismos que permitem aos usuários denunciarem conteúdos considerados violadores desses termos.

Primeira Seção fixa tese sobre cálculo para readequação dos benefícios anteriores à Constituição de 1988

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no julgamento do Tema 1.140 dos recursos repetitivos, definiu que, "para efeito de adequação dos benefícios previdenciários concedidos antes da Constituição Federal aos tetos das Emendas Constitucionais (ECs) 20/1998 e 41/2003, no cálculo devem-se aplicar os limitadores vigentes à época de sua concessão (menor e maior valor-teto), utilizando-se o teto do salário de contribuição estabelecido em cada uma das emendas constitucionais como maior valor-teto, e o equivalente à metade daquele salário de contribuição como menor valor-teto". Para a solução da controvérsia, o relator, ministro Gurgel de Faria, considerou as teses firmadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito do assunto, bem como a legislação sobre a apuração da renda mensal inicial (RMI) dos benefícios antes da Constituição Federal de 1988. Segundo o ministro, o STF estabeleceu as seguintes premissas no julgamento dos Temas 76 e 930 da repercussão geral: aplicação imediata dos tetos fixados pelas emendas constitucionais aos benefícios que foram limitados ao teto por ocasião da concessão; inexistência de limites temporais para a adoção dos (novos) tetos das emendas constitucionais; desnecessidade de novo cálculo da renda mensal inicial; e aproveitamento do excedente do salário de benefício (SB) que foi limitado pelo teto em vigor ao tempo da concessão do benefício. Na avaliação de Gurgel de Faria, o STF deu máxima efetividade a dois institutos de status constitucional: preservou, de um lado, o direito adquirido, visto que garantiu minimamente ao segurado a manutenção do seu patrimônio jurídico (no caso, o salário de benefício), ao permitir o aproveitamento do excedente com as revisões futuras dos tetos; e tutelou o ato jurídico perfeito, ao assegurar a manutenção da forma de cálculo empregada para se chegar ao valor do benefício.

PUBLICIDADE LEGAL

ABANDONO DE EMPREGO

"A senhora JENIFFER SOARES DA SILVA portador da CTPS: 2402172/07892/SP tendo V. Sª deixado de comparecer ao trabalho desde o dia 15/08/2024 sem apresentar qualquer justificativa, vimos pela presente cientificá-lo, nos termos do disposto no artigo 482, letra I, da CLT, que lhe fica consignado o prazo de 02 dias, a contar da publicação deste, para que reinicie suas atividades ou justifique, devidamente, no mesmo prazo, o motivo que impede seu comparecimento. Caso contrário, consideraremos sua atitude como ato de renúncia do cargo, ficando V.Sª demitido por abandono do emprego, na forma do dispositivo citado na Consolidação das Leis de Trabalho."

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

2º CADERNO

TURISMO

GOL inicia a venda de passagens para voos entre Brasília e Bogotá

Rota entre as capitais de Brasil e Colômbia terá primeiro voo em fevereiro de 2025, com três frequências semanais

(Foto: Divulgação)

A GOL Linhas Aéreas, principal Companhia aérea do Brasil, iniciou a venda de bilhetes para a rota entre Brasília (BSB) e Bogotá (BOG), sua mais recente base internacional. Anunciado em abril, na capital colombiana, durante evento no qual estiveram presentes os presidentes brasileiro e colombiano, Luiz Inácio Lula da Silva e Gustavo Petro, o voo entre as duas capitais terá frequência de três operações semanais, de ida e volta, às terças, quintas e sábados, iniciando em 4 de fevereiro de 2025. Em 30 de março, os voos serão operados às segundas, sextas e domingos, nos mesmos horários (confira tabela abaixo).

O novo voo teve sua aprovação pelos órgãos reguladores colombianos na última semana e vai atender à crescente demanda para transporte de Clientes, cargas e e-commerce entre Brasil e Colômbia, e é um estímulo ao comércio, turismo e geração de riquezas em ambas as nações.

A GOL inaugurou sua operação em Bogotá no início de abril, com voos a partir de Guarulhos/São Paulo (GRU) e Buenos Aires/Ezeiza (EZE), e agora amplia a oferta neste que é um dos principais centros econômicos do continente. Além disso, a novidade fortalece o Aeroporto de Brasília como importante hub para a GOL, consolidada como a maior operadora para voos internacionais na capital federal, onde já conta com voos para Miami (MIA) e Orlando (MCO), e em dezembro também terá a retomada dos voos diretos para Cancún (CUN).

Em Brasília, clientes de 30 destinos do país contarão com uma rápida conexão para a Colômbia, fomentando o turismo e os negócios internacionais das regiões Centro-Oeste, Sul, Norte e Nordeste. Com uma rica oferta de e para Brasília, clientes do Rio de Janeiro e de São Paulo, por exemplo, poderão embarcar nos aeroportos centrais das cidades (Santos Dumont e Congonhas) e fazer uma rápida conexão no Distrito Federal para seguir até a Colômbia.

Em Bogotá, os clientes terão à disposição conexões para mais de 50 destinos operados pela parceira avianca, como por exemplo Cartagena, Quito, Medellín, Lima, Barranquilla, Cidade do México, Cali, Guayaquil, San Andrés, Curaçao, San Salvador, Cidade da Guatemala, Cidade do Panamá, Santo Domingo, entre outras.

Já clientes voando a Bogotá terão também à disposição o serviço de "Stopover" em Brasília. O passageiro que que vai ou volta da Colômbia, mas que tem como destino outra cidade brasileira servida a partir de Brasília, poderá desembarcar com suas bagagens e permanecer por até duas noites no Distrito Federal antes de seguir viagem para o ponto final da sua viagem, sem custos. Para usufruir desse benefício, basta clicar em "Stopover" no momento da compra da passagem. Essa mesma facilidade é oferecida pela GOL, desde 2019, para aqueles que desejam fazer uma parada intermediária em São Paulo e mais recentemente foi disponibilizada pela companhia no Rio de Janeiro.

A rota entre Brasília e Bogotá se soma a outras importantes novidades apresentadas pela GOL ao mercado nos últimos meses. Ainda em 2024, a Companhia terá voos para Aruba (AUA), no Caribe, e San José (SJO), na Costa Rica, dois destinos exclusivos da GOL a partir de Guarulhos (GRU), além da retomada para Cancun (CUN) a partir do Distrito Federal.

"A operação entre Brasília e Bogotá será um marco para Brasil e Colômbia, ligando dois dos principais hubs de operação da GOL e da Avianca. A partir das duas capitais, as companhias atendem a mais de 80 destinos em 310 decolagens diárias", comentou Rafael Araújo, diretor de Planejamento de Malha Aérea da GOL. "A ampliação da oferta de voos internacionais é uma das metas da Companhia para 2024 e Bogotá, com sua posição estratégica de conexão entre países das Américas do Sul, Central e do Norte, apresenta as condições ideais para integrar ainda mais os nossos povos e reforçar nosso compromisso com a democratização do transporte no continente", completou.

"O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) tem trabalhado para aumentar a malha aérea doméstica e internacional, com foco no turismo de lazer e de negócios. A ampliação da conectividade permite, ainda, que os turistas estrangeiros possam conhecer o Brasil de Norte a Sul. Isso tem movimentado não só a cadeia de turismo, mas também desenvolvido economicamente os estados, gerando emprego e renda aos brasileiros", disse Silvio Costa Filho, ministro de Portos e Aeroportos.

"A abertura desta nova rota direta entre Brasília e Bogotá fortalece ainda mais os laços entre a Colômbia e o Brasil, facilitando tanto o intercâmbio turístico quanto as oportunidades de negócios entre nossos países. Com a GOL, continuamos promovendo a conectividade que impulsiona o desenvolvimento econômico e social, permitindo mais visitantes para descobrir a diversidade da Colômbia, o país da beleza. Esperamos que esta nova conexão promova o crescimento sustentado em ambos os mercados", comentou Carmen Cecília Caballero, presidente da ProColombia, entidade encarregada de promover o país como destino turístico, atrair investimentos diretos e alavancar as exportações não tradicionais.

"A GOL tem um hub instalado na capital federal e a sua conectividade é importante para criar essa sinergia com os voos internacionais da Companhia. Estamos muito contentes com mais esse destino direto do Distrito Federal. Bogotá é uma cidade importante da América Latina e estar ligada com Brasília facilita o encontro e a colaboração entre as capitais. Uma importante conexão para negócios e turismo", comentou Daniel Dumaresq, gerente de Negócios Aéreos da Inframerica.

"Brasília tem o terceiro aeroporto brasileiro com o maior fluxo de passageiros de voos internacionais, atrás apenas de Guarulhos (SP) e Galeão (RJ). Então, nada mais natural que esteja atraindo, cada vez mais, a atenção das companhias aéreas e conquistando novas rotas internacionais. Os voos são umas das formas que temos para incentivar o turismo e o comércio local. A Secretaria de Relações Internacionais faz essa abordagem com as empresas áreas, o setor produtivo e as embaixadas para trazer mais turistas para o DF. Todos ganham nessa negociação: o comércio local e a Inframerica, com maior movimentação no aeroporto, e o DF, que acolhe mais pessoas de fora para conhecer a cidade e movimentar a economia local", afirmou Paco Britto, secretário de Relações Internacionais do Distrito Federal.

Os voos entre Brasília e Bogotá serão operados em modelos Boeing 737 MAX 8, aeronave mais sustentável da frota da GOL, que em configuração internacional tem capacidade para 176 passageiros.

Confira, abaixo, as frequências e os horários dos voos:

Origem		Destino		Frequência*
Brasília (BSB)	8h50	Bogotá (BOG)	12h22	Terças, quintas e sábados
Bogotá (BOG)	23h33	Brasília (BSB)	6h55	Terças, quintas e sábados

Brasília (BSB) - Bogotá (BOG): a partir de 04/02/2025

*A partir de 30/03/2025, voos às segundas, sextas e domingos, nos mesmos horários

Planeje suas férias de janeiro em Prado: Um paraíso de tranquilidade e natureza na Bahia

(Foto: Leticia Avelar - komunicleticia@gmail.com)

O ano está quase acabando, ainda faltam alguns meses, mas é sempre importante começar a planejar sua viagem de férias de janeiro. Para garantir uma experiência inesquecível, alguns passos são essenciais. Antes de tudo, é crucial definir seu orçamento e determinar quanto você está disposto a gastar. Isso ajudará a escolher o destino, as acomodações e os passeios que se encaixam no seu plano financeiro. Pense no tipo de férias que você deseja: prefere tranquilidade, aventura, cultura ou uma combinação de tudo isso? Se a sua ideia é relaxar em meio à natureza, Prado, na Bahia, é o destino ideal. O município é perfeito para quem busca sossego e um contato íntimo com a natureza. Com suas praias de águas cristalinas, calmas e mornas, Prado ostenta 84 km de faixa litorânea emoldurada por coqueiros, falésias coloridas e riachos.

Uma vez escolhido o destino, pesquise sobre as atrações, a cultura local, a gastronomia e as opções de lazer. As praias dos distritos de Cumuruxatiba e Corumbau, por exemplo, são verdadeiros paraísos, perfeitos para relaxar e apreciar a beleza natural. Mas, além das praias, Prado oferece diversas opções de passeios, como o Parque Nacional do Descobrimento, onde os visitantes podem desfrutar de momentos de paz e conexão com a natureza, mesmo durante a alta temporada.

A escolha da hospedagem é fundamental para garantir o conforto e a experiência desejada. Para quem deseja curtir o sossego sem crianças, a Pousada Casa de Maria (www.pousadacasademaria) é a melhor opção. A Pousada não aceita reservas para crianças e adolescentes abaixo de 17 anos, garantindo um ambiente tranquilo e exclusivo. Com uma arquitetura que combina o rústico e o contemporâneo, está situada a apenas 250 metros da praia de Novo Prado e a 600 metros do centro da cidade. A área de lazer inclui piscina, sauna, um aconchegante bar e restaurante, além de um espaço fitness completo. A Pousada Casa de Maria é também pet friendly, proporcionando aos hóspedes a experiência de se hospedar em um estabelecimento sustentável, acolhedor e de alta qualidade.

Lembre-se, um bom planejamento é a chave para férias inesquecíveis.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

TURISMO

Agora é a vez da Região Turística Roteiro dos Bandeirantes

Nove destinos estão à disposição dos turistas que contemplam a estrada do vinho, a cidade dos exageros e até uma homenagem a Santos Dumont

A Região Turística Roteiro dos Bandeirantes envolve destinos muitos especiais para o fomento do setor abrangendo nove municípios: Araçariguama, Cabreúva, Itu, Pirapora do Bom Jesus, Porto Feliz, Salto, Santana de Paranaíba, São Roque e Tietê. Com um total de 720 mil habitantes, este destino é surpreendente pelos atrativos turísticos e fica distante de 38 a 140 km da Capital.

As viagens deste Roteiro são incríveis, com muita emoção, como na Estrada de Araçariguama, em que é possível ver um avião no alto do morro, além de uma réplica em miniatura da Torre Eiffel para homenagear o pai da aviação, Santos Dumont; também é preciso destacar o Parque das Monções tombado pelo Condephaat, em Porto Feliz, que está localizado à margem esquerda do rio Tietê e muitos centros históricos preservados, reservas ambientais e trilhas ecológicas estão em Tietê, lugar que foi terra de Bandeirantes e hoje é um insuperável roteiro de história, fé, beleza, arte e sabores.

Destaque para o Centro Histórico de Santana de Parnaíba que é um atrativo à parte com mais de 200 casarões datados dos séculos XVII ao XIX, tombados pelo Patrimônio Histórico estadual. As casas térreas e os sobrados foram construídos no alinhamento da rua, geminados e com beirais pronunciados como medida de proteção da taipa. Para se ter uma ideia, este é o maior conjunto arquitetônico tombado e preservado do Estado de São Paulo. Excelente passeio é pela Galeria do Artista e conferir o trabalho dos artesãos, escultores, pintores e fotógrafos locais. Sempre bom lembrar da apresentação ao ar livre da Paixão de Cristo durante a Semana Santa, a mais popular da cidade é muito famosa e muito apreciada.

(Foto: Itu: Praça dos Exageros)

A estância turística de São Roque é um destino do Turismo Rural que se destaca por receber mais de 600 mil visitantes por ano. Com ótimo clima serrano e boa infraestrutura hoteleira, além de diversificada gastronomia, a cidade vem se evidenciando na atividade turística, em especial pelo Roteiro do Vinho. A oportunidade de vivenciar essa história e toda a tradição de perto é através das adegas, vinícolas, restaurantes, hotéis, pousadas e centros de lazer e entretenimento, em meio à natureza abundante da Mata Atlântica preservada. Este roteiro é formado pela Estrada do Vinho, Estrada dos Venâncios e Rodovia Quintino de Lima. Este destino orgulha-se em mostrar ao visitante a importância do enoturismo, um segmento da atividade turística que se baseia na viagem motivada pela apreciação do sabor e aroma dos vinhos e das tradições e cultura das localidades que produzem esta bebida.

Itu ainda conserva a fama de "a cidade dos exageros", isto porque há muitos anos foi construído um orelhão, em uma praça, medindo sete metros de altura e que se tornou um dos principais atrativos ituanos. Foi assim que esta cidade integrou-se ao turismo no país, e aprendeu a fazê-lo muito bem, e pela quantidade de atrativos, seja em museus, igrejas, fazendas e variedade de hospedagens, a cidade não poupou esforços. Em termos de estrutura e opções de lazer e descanso, Itu possui fazendas totalmente prontas para receber turistas por um fim de semana, bem como áreas de camping e pousadas. Importante: Itu foi palco da primeira Convenção Republicana do país, em 1873, a chamada "Convenção de Itu", dando início ao movimento republicano brasileiro, com a criação do PRP (o Partido Republicano Paulista). Daí Itu ser chamada de "o Berço da República", que eclodiu somente em 15 de novembro de 1889.

O destino de Cabreúva é rico em atrativos culturais (igrejas entre outros), turismo gastronômico (restaurantes, doçarias), ecoturismo (campings), turismo rural (sítios com produção artesanal e fazendas) etc. A cidade tem sua natureza preservada por ser APA (Área de Proteção Ambiental) e atrai inúmeros turistas, contabilizando 200 mil por ano. Seus atrativos diversificados também envolvem produção de doces caseiros e cachaças, além de uma forte cultura budista e spas. O Festival de Inverno local, devido às baixas temperaturas do meio do ano, é concorrido e serve uma gastronomia típica desta época, como caldos, paellas, lanches, escondidinhos e inúmeras atrações musicais. Atração para todos. O Turismo Religioso também é destaque na cidade: como é o caso do famoso Templo Budista, que é o Centro de Meditação Kadampa Brasil, reconhecido como Templo pela Paz Mundial.

Trata-se de uma cidade cortada por um rio sinuoso, o Tietê. Conhecida como o Caminho dos Bandeirantes, dos Romeiros e Fiéis, Pirapora do Bom Jesus, a "Cidade da Fé Viva", recebe anualmente 600 mil visitantes graças ao seu Santuário Cristocêntrico, o primeiro do Brasil. Por isso encontra-se inserida nos calendários estadual e nacional das datas religiosas e está encravada em um vale, entre grandes elevações da Serra do Ivoturuna. Este destino é destaque também pelo Santuário do Bom Jesus, igreja construída pela necessidade de um local para celebração de missas. Com arquitetura jesuítica, ornamentada por estátuas de São Pedro e São Paulo, o ponto é o mais visitado da cidade e no seu entorno há lojinhas, lanchonetes e restaurantes, além das vendas de doces caseiros e artigos religiosos.

Os turistas que chegam em Salto são surpreendidos por diversificados atrativos naturais localizados ao longo do Rio Tietê e por belos conjuntos arquitetônicos construídos entre os séculos XIX e XX, que marcaram os primórdios da industrialização paulista. Na verdade, há atrativos para todos os gostos, passando pela natureza, história, artes, religião e paisagens. O famoso Mirante da Ponte Estaiada é um atrativo que proporciona uma bela vista panorâmica da cidade de Salto. A ponte possui uma extensão de 227,70 metros e o mirante uma área de aproximadamente 110 m². Há um elevador panorâmico que sobe 12 andares até o mirante, formado por um salão todo de vidro, oferecendo uma vista panorâmica da cidade com quase 360º. Tem mais: o Parque da Rocha Moutonnée. O afloramento de rocha moutonnée de Salto é o único exemplar conhecido na Bacia do Paraná e foi gerado sobre uma formação de granito pela grande glaciação que ocorreu no hemisfério sul durante a Era Paleozóica, entre 270 e 350 milhões de anos atrás. Grande atrativo.

Sancionada lei federal que marca o Dia Nacional do Guia de Turismo

A sanção presidencial reforça a valorização desses profissionais que são essenciais no setor que está em pleno crescimento e oferece oportunidades de emprego e renda para milhares de brasileiros

Os guias de turismo, fundamentais para garantir uma experiência enriquecedora e segura aos viajantes, passam a ter reconhecimento nacional com a oficialização do Dia Nacional do Guia de Turismo, celebrado em 10 de maio. A lei que institui a data foi sancionada pelo presidente Lula e reforça a valorização do setor em pleno crescimento no país e que oferece, cada vez mais, oportunidades de emprego e renda para milhares de brasileiros.

A data foi instituída para homenagear os profissionais que desempenham um papel essencial na indústria do turismo, sendo responsáveis por apresentar e interpretar a cultura, história, paisagens e peculiaridades de diferentes destinos para os visitantes.

"O governo federal está atento às necessidades do setor e valoriza o trabalho realizado pelos guias de turismo, profissionais fundamentais para promover o conhecimento cultural, histórico e de valorização dos patrimônios do nosso país. Celebrar essa data significa reconhecer o valor dos guias de turismo na nossa sociedade", afirmou o ministro do Turismo, Celso Sabino.

Atores importantes na cadeia turística nacional, os guias ainda contribuem para o desenvolvimento sustentável, estimulando a economia local e preservando a identidade natural e cultural dos destinos.

"Esses profissionais desempenham um papel importante na preservação dos atrativos, uma vez que são os responsáveis por conscientizar os turistas sobre proteger os locais visitados. Muito respeito pelos guias de turismo que são os verdadeiros embaixadores do Brasil", completou Sabino.

(Foto: Arquivos MTur)

O trabalho desempenhado pelos guias de turismo exige uma ampla formação e conhecimento, que engloba conhecimento sobre os pontos turísticos das localidades e também características do espaço geográfico, da história, da sociologia e até mesmo da composição da sociedade.

REGISTRO – As pessoas físicas e jurídicas (MEI) que atuam como Guia de Turismo precisam estar cadastradas no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur), do Ministério do Turismo. O cadastro permite ao prestador atuar legalmente, por meio da emissão do Certificado Cadastur e do crachá de Guia de Turismo, além de oferece benefícios aos cadastrados junto aos programas do MTur.

Atualmente, o país possui mais de 35 mil guias de turismo registrados no Cadastur. O total de profissionais cadastrados vem aumentando nos últimos anos, graças as ações do Ministério do Turismo em levar informação e qualificação para profissionalização desses trabalhadores.

Para fazer o cadastro é necessário acessar o site www.cadastur.turismo.gov.br, preencher o formulário e seguir as instruções. Após homologado, o certificado de cadastro será disponibilizado para acesso público no site do Cadastur.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

MERCADOS

Setor de viagens corporativas atinge faturamento recorde de R$ 11,1 bilhões no mês de junho

No primeiro semestre do ano, o mercado teve um crescimento de 3,7% em relação ao mesmo período de 2023

(Foto: Divulgação)

O Levantamento de Viagens Corporativas (LVC), criado pela FecomercioSP em parceria com a Associação Latino Americana de Gestão de Eventos e Viagens Corporativas (ALAGEV), revela que as despesas estimadas pelas empresas com viagens corporativas no mês de junho de 2024 atingiram R$ 11,1 bilhões, valor 2,8% superior ao mesmo mês de 2023. Este faturamento marca um novo recorde histórico do período, superando o valor de R$ 10,8 bilhões, que foi apresentado em junho de 2014.

O valor acumulado ao longo do primeiro semestre do ano teve um crescimento de 3,7% em relação ao mesmo período do ano passado, totalizando um faturamento de R$ 62,2 bilhões para o setor de viagens corporativas, pouco abaixo do recorde semestral, que também foi registrado em 2014, com o valor histórico de R$ 63 bilhões de reais. No entanto, há expectativas por parte da ALAGEV e da FecomercioSP de que este pico de faturamento seja superado nos próximos anos, visto que o setor vem apresentando resultados positivos progressivamente.

O crescimento considerável do faturamento de junho está relacionado com o aquecimento contínuo do mercado de viagens corporativas, que impulsiona a demanda dos serviços de hospedagens, locação de veículos e transportes aéreos e rodoviários. A alta tarifa desses serviços também contribui significativamente com o crescimento do faturamento do setor.

"De maneira geral, é um momento recorde para o setor de viagens corporativas e deve ser celebrado. O valor histórico atingido no mês de junho sustenta a ideia da relevância das viagens corporativas para a dinâmica econômica do país", observa Luana Nogueira, diretora executiva da Alagev.

Crescimento alinhado com a projeção do GBTA

Os dados apresentados neste estudo estão em sintonia com a previsão apontada pelo Global Business Travel (GBTA), de que o Brasil atingirá um crescimento anual de 6% no faturamento do setor. A especulação foi feita pela CEO do evento, Suzanne Neufang, ao longo da realização da sua 16ª edição, que aconteceu entre 22 e 24 de julho, em Atlanta, nos Estados Unidos.

"É certo dizer que, com o ritmo atual de elevação dos indicadores da ALAGEV e da FecomercioSP, o mercado de viagens corporativas vai atingir o crescimento previsto pelo GBTA", conclui a diretora executiva.

Para mais informações sobre a ALAGEV, acesse os perfis oficiais no Instagram (@alagev.oficial), YouTube (TV ALAGEV), Facebook (@alagev.oficial) e LinkedIn (Alagev).

Em constante expansão, mercado de empréstimos através do cartão de crédito tem crescimento exponencial por meio de programas de afiliados

(Foto: Divulgação)

O mercado de empréstimos via cartão de crédito tem se mostrado uma oportunidade promissora para empresários que buscam diversificar suas fontes de receita e ampliar sua base de clientes. Uma pesquisa recente divulgada pelo SEBRAE revelou que, em julho deste ano, houve um aumento em 13,1% na busca por crédito de maneira menos burocrática, principalmente vindas de PMEs (pequenas e médias empresas).

Com o crescimento das fintechs e a digitalização dos serviços financeiros, o modelo de afiliados surge como uma estratégia eficaz para alcançar novos públicos e aumentar a capilaridade dos serviços financeiros em diferentes regiões do Brasil.

O modelo de afiliados permite que correspondentes bancários e empresários se tornem parceiros na oferta de empréstimos via limite no cartão de crédito, recebendo comissões por cada transação realizada através de suas indicações.

Ao se tornarem afiliados, o correspondente bancário e empresário pode gerar uma renda adicional bem significativa, mas não limitando-se a isso. Pelo fato de as comissões variarem conforme o volume das transações, proporcionando um fluxo de receita contínuo e escalável, não é difícil que empresários façam desta atividade a sua fonte principal de renda.

A parceria com plataformas de empréstimos, como a Limite na Hora, permite que os empresários alcancem uma base de público mais ampla, incluindo clientes que talvez não possuíssem acesso a esses serviços de outra forma, já que, segundo o último levantamento realizado pelo Banco Central (BC), deu conta que cerca de 18% da população brasileira ainda permanece sem acesso a serviços bancários.

"O mercado de empréstimos através do limite do cartão de crédito está em plena expansão, impulsionado pela demanda crescente por crédito rápido e acessível. Empresários que se tornam parceiros nesse segmento podem aproveitar diversas oportunidades de crescimento.", comenta Felipe D'Avila, executivo da Limite na Hora, elencando as oportunidades:

Diversificação de produtos: Além dos empréstimos, os afiliados podem oferecer outros produtos financeiros, aumentando ainda mais suas fontes de receita.

Tecnologia e inovação: As plataformas de empréstimo via cartão de crédito utilizam, frequentemente, tecnologias avançadas, como inteligência artificial e análise de dados para oferecer serviços personalizados e mais eficientes. Isso permite que os afiliados ofereçam uma experiência de alta qualidade aos seus clientes.

Capilaridade dos serviços: Através de uma rede de afiliados, os serviços financeiros podem ser oferecidos em regiões menos atendidas, promovendo a inclusão financeira e expandindo o alcance das empresas atuantes.

Especializada em empréstimos utilizando o limite do cartão de crédito, a Limite na Hora permite que empresários se tornem afiliados e ofereçam essa solução financeira a seus clientes. Com um processo simples e rápido, com o dinheiro liberado em até 5 minutos após a assinatura do contrato e juros bem abaixo das outras parceiras, a empresa garante que os afiliados possam gerar receita de forma eficiente, segura e com escala.

"Nosso modelo de afiliados é uma excelente oportunidade para empresários que desejam diversificar suas fontes de receita e oferecer um serviço valioso aos seus clientes. Estamos comprometidos em fornecer todo o suporte necessário para que nossos parceiros tenham sucesso e possam crescer junto conosco. Fornecemos todas as explicações necessárias, além do acompanhamento contínuo e bastante próximo, de mãos dadas com nossos afiliados", finaliza Felipe D'Avila, da Limite na Hora.

Para empresários e correspondentes bancários que buscam novas formas de expandir suas receitas, este mercado tem se mostrado muito promissor, oferecendo oportunidade lucrativa e em constante crescimento. O modelo de afiliados não só proporciona ganhos financeiros, mas também contribui para a inclusão financeira e o desenvolvimento econômico em diversas regiões do Brasil.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

MERCADOS

Franquias: conheça seis opções de investimento no setor que mais cresceu no segundo trimestre de 2024

Alimentação é aposta assertiva para entrar no universo das franquias

Empreendedores que buscam abrir seu próprio negócio encontram no setor de franquias de alimentação uma oportunidade muito promissora. De acordo com a recente pesquisa da Associação Brasileira de Franchising (ABF), o segmento - mais especificamente o Food Service - apresentou um crescimento robusto de 16,4%, ficando acima da média geral que foi de 12,8%.

Esse avanço é impulsionado pelo aumento do PIB e poder de consumo dos brasileiros, além da popularização das experiências gastronômicas como forma de lazer e socialização. Além disso, a consolidação do mercado de delivery tem sido um fator crucial para o sucesso das franquias do mercado alimentício.

Listamos aqui seis marcas consolidadas, que oferecem oportunidades de expansão em todo o Brasil:

(Foto: Divulgação)

Itália no Box - rede de franquias de comida italiana na caixinha, presente em mais de 70 cidades do Brasil. A marca oferece dois modelos de lojas – uma versão padrão de rua com delivery e atendimento presencial, e outra localizada em shoppings.

Investimento inicial: a partir de R$120 mil, incluindo taxa de franquia

Faturamento médio mensal: R$70 mil

Prazo de retorno do investimento: 18 meses

Site: https://www.italianobox.com.br

Pizza Now – franquia de pizzarias fundada em 2017, que apresenta a proposta Pizzaria sem Pizzaiolo e disponibiliza um modelo de negócio de fácil operação, entrega rápida e ingredientes de alta qualidade.

Investimento inicial: a partir de R$ 350 mil, incluindo taxa de franquia

Faturamento médio mensal: entre R$ 180 mil e R$ 200 mil

Prazo de retorno do investimento: 20 meses

Site: https://www.pizzanow.com.br/

N1. Chicken – Fundada em 2017 com a proposta de se especializar no frango frito crocante, 100% delivery no país. A N1 Chicken oferece não só o frango frito, mas também uma variedade de acompanhamentos, burgers, refeições, molhos próprios, bebidas e sobremesas, atendendo exclusivamente por meio de delivery.

Investimento inicial: a partir de R$ R$ 299 mil, incluindo taxa de franquia

Faturamento médio mensal: entre R$ 240 mil

Prazo de retorno do investimento: 12 a 18 meses

Site: https://www.atw.delivery/sua-franquia

Brasileirinho Delivery – Fundada em 2013 com a proposta de oferecer pratos típicos da culinária brasileira com entrega rápida. Seu cardápio diversificado abrange desde os clássicos como estrogonofe, massas, galinhada e feijoada até a tradicional combinação de arroz e feijão.

Investimento inicial: a partir de R$ R$ 299 mil, incluindo taxa de franquia

Faturamento médio mensal: entre R$ 240 mil

Prazo de retorno do investimento: 12 a 18 meses

Site: https://www.atw.delivery/sua-franquia

O Que Comer, Fernando? – Fundada em 2018 pelo grupo ATW Delivery Brands, destaca-se por sua dedicação em oferecer opções de almoço de qualidade. A rede adota um modelo de atuação delivery em dark kitchen, trazendo em seu cardápio uma variedade de pratos brasileiros, como baião de dois, virado conta com mais de 30 opções, incluindo massas clássicas, pratos executivos, saladas e sobremesas, utilizando 40 toneladas de massa por ano.

Investimento inicial: a partir de R$ R$ 299 mil, incluindo taxa de franquia

Faturamento médio mensal: entre R$ 240 mil

Prazo de retorno do investimento: 12 a 18 meses

Site: https://www.atw.delivery/sua-franquia

Loucos por Coxinha - Nascida no Rio Grande do Norte, a Loucos por Coxinha é uma rede de franquias que se destaca no mercado brasileiro com um conceito de fast-food especializado em coxinhas e churros de alta qualidade. A marca adota um modelo de negócio testado e aprovado, que está em plena expansão. Com sua excelência operacional e foco em proporcionar uma experiência única aos clientes, a Loucos por Coxinha atrai franqueados em diversas regiões do Brasil, consolidando sua presença no mercado.

Investimento inicial modelo (quiosque): a partir de R$ R$ 85 mil, incluindo taxa de franquia

Faturamento médio mensal: R$65 mil

Prazo de retorno do investimento: 12 a 30 meses

Brasil recebe aval da Tailândia para exportar noz pecã e da Austrália para DDG

(Foto: Divulgação)

O Ministério da Agricultura informou na última segunda-feira, 16, aprovações sanitárias do governo da Tailândia, para a importação de noz pecã, e dos governos de Angola, Canadá e Austrália, para a importação de grãos secos de destilaria, os DDGS. No sábado, 14, o Broadcast Agro (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) já havia informado a abertura do mercado do Canadá e de Angola para DDGs do Brasil.

Conforme a pasta, em nota, nos primeiros sete meses de 2024, o Brasil exportou mais de US$ 2,77 bilhões em produtos agrícolas para esses quatro países.

A Tailândia foi o nono maior destino das exportações brasileiras, com um total de US$ 1,8 bilhão.

No mesmo período, as exportações agrícolas para Canadá, Angola e Austrália somaram, respectivamente, US$ 604 milhões, US$ 211 milhões e US$ 159 milhões.

“Com essas novas autorizações, o agronegócio brasileiro atinge sua 110ª abertura de mercado em 2024, totalizando 188 aberturas em 58 destinos desde o início de 2023”, informou o Ministério.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676